

QUEILA MOSQUETTA MALESKI

BRASIL E ISRAEL:

A formulação da política externa brasileira para a região

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Raquel Boing Marinucci

Brasília – DF

2005



QUEILA MOSQUETTA MALESKI

BRASIL E ISRAEL:

A formulação da política externa brasileira para a região

Banca Examinadora:

Prof. Raquel Boing Marinucci
(Orientadora)

Prof. Marcelo Gonçalves do Valle
(Membro)

Prof. Marco Antonio Meneses Silva
(Membro)

Brasília – DF

2005

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu criador. Salvador, Senhor e Sustentador. Aos meus pais, não tenho palavras para expressar minha gratidão, pois em todas as circunstâncias da minha vida se fizeram presentes, educando-me e ajudando-me na formação do que hoje sou. Aos meus irmãos, os instantes que passamos juntos são sempre uma recordação de alegria. Ao meu namorado, a sua compreensão e amor foram verdadeiras motivações. Aos demais familiares, trago o conselho dos mais velhos, a vitalidade dos jovens e a alegria das crianças. Aos amigos, o carinho e o companheirismo que são uma peça chave em um relacionamento. Aos colegas, jamais esquecerei dos nossos momentos de aprendizagem contínua; um apreço maior principalmente àqueles que estiveram juntos em todas as etapas, partilhando cada fase vencida. Aos mestres, um pontapé inicial para o novo horizonte que se abre; e aqui, especial admiração à minha orientadora Raquel Boing, a quem devo pelos importantes conselhos e exortações durante todo o processo de desenvolvimento deste trabalho.

Enfim, a todos aqueles que torceram para que essa vitória fosse alcançada, o meu muito obrigada.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	III
SUMÁRIO.....	IV
RESUMO	5
INTRODUÇÃO.....	6
1 - NACIONALISMO E FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL.....	8
1.1 Nacionalismo.....	10
1.1.1 Identidade nacional de Israel	15
1.2 O conflito	20
1.2.1 A questão Jerusalém	23
1.2.2 O conflito atual	25
2 - BRASIL-ISRAEL: HISTÓRICO E ATUALIDADE	28
2.1 Modelos de análise do processo decisório da política externa.....	29
2.2 Política externa brasileira.....	32
2.3 O Oriente Médio no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil.....	34
2.3.1 As posições brasileiras nas Nações Unidas com relação ao Oriente Médio.....	37
3 – RELAÇÕES BRASIL-ISRAEL NA ATUALIDADE	46
3.1 Política externa de FHC e Lula: aproximações e convergências	47
3.2 Oriente Médio: política de prioridade	51
3.2.1 A experiência brasileira	54
3.3 Temas da política externa brasileira para a região	55
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
ANEXOS	65

RESUMO

O propósito deste trabalho consiste em estudar a política externa brasileira com relação ao Oriente Médio, e mais especificamente, com relação a Israel, enfatizando o processo de formação do Estado judeu e da relação Brasil-Israel. Historicamente vinculado à região, seja pelo envolvimento diplomático ou pela etnicidade e cultura, o Brasil procura manter bons relacionamentos com aqueles povos, mas a decisão de aproximação ou distanciamento não acontece por acaso: há todo um conjunto interligado de ações que se vinculam às decisões tomadas pelo governo brasileiro para aquela direção. O estudo está assim concentrado em localizar a política externa brasileira no mundo das teorias e na evolução histórica do conflito na região do Oriente Médio.

INTRODUÇÃO

Por meio do presente trabalho almeja-se tecer uma breve análise a respeito da formulação da política externa brasileira com relação a Israel, desde a sua formação como Estado até os dias atuais, estabelecendo, a partir de uma análise teórica, as motivações para a aproximação ou distanciamento do governo brasileiro àquela região. Como se sabe, tanto a comunidade árabe como a judia encontram-se inseridas no tecido social brasileiro, influenciando em diversos campos da nossa vida (ciência, tecnologia, comércio, etc.) Procurar entender a relação do Brasil com o Oriente Médio é portanto, descobrir-se a si próprio.

A região do Oriente Médio, por sua característica geopolítica estratégica, tem sido tratada com especial enfoque pela mídia e comunidade internacional, sofrendo interferência das grandes potências que têm interesses particulares naquela região, principalmente em razão da revolução energética que pôs o petróleo na ordem dos dias das economias mundiais.

O Brasil, variando o seu grau de interesse, tem-se aproximado daquela região a partir de uma “diplomacia reigente” – nesse ponto vê-se a importância do exame do desenvolvimento da política externa brasileira. Nas Nações Unidas, costuma-se dividir a atuação brasileira a partir de três períodos distintos: o primeiro momento, marcado pela “equidistância”; o segundo momento, destacando-se para uma atuação internacional “autônoma e pragmática” e; o terceiro período, caracterizado pela “adesão ou baixo grau de resistência” a hegemonia exercida pelos Estados Unidos.

A preocupação deste trabalho é construir uma relação entre o conjunto de valores e princípios guias da política externa brasileira e as suas decisões e ações no âmbito internacional em relação a Israel e aos países árabes, pois o identificar e descrever esse “acumulado histórico” significa abrir caminhos para o estudo das tendências da política exterior. Com isso, esta monografia está dividida em três capítulos, da seguinte maneira.

O primeiro capítulo aborda o processo de criação do Estado judeu que, como veremos, surgiria para a “solução” da “questão do judeu no mundo”, mas acabou por suscitar diversas controvérsias acerca da determinação de Israel como uma “nação”, além de ampliar o conflito entre judeus e árabes. No capítulo serão trabalhados os conceitos de nacionalismo, tradições e terrorismo, descrevendo como se deu a construção da identidade nacional de Israel e de alguns pontos específicos do conflito existente.

O segundo capítulo trata da formulação da política externa brasileira. Nele são dispostos alguns modelos de processo decisório, os princípios gerais e a percepção do que seja de interesse nacional na definição de ação de um governo e, mais especificamente, na política externa brasileira. Aqui ainda serão abordadas a construção do vínculo judeu na sociedade brasileira e as posições brasileiras tomadas, principalmente, no âmbito das Nações Unidas, com relação ao Oriente Médio.

O terceiro capítulo, por fim, debate as motivações e as ações tomadas pelo governo brasileiro nos últimos anos, especificamente durante os governos FHC e Lula, tratando da “noção de prioridade” dada pelo governo Lula à região e os principais temas dessa “nova” política.

1 - NACIONALISMO E FORMAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

Quando se analisa a política externa brasileira frente ao Estado de Israel e ao conflito do Oriente Médio¹, não se pode deixar de lado todo o processo de formulação e criação do Estado judeu e nem mesmo simplificar o conflito existente a uma mera disputa territorial, pois é a partir da identificação das particularidades do nosso objeto de estudo que poderemos entender melhor a formulação das políticas externas brasileiras, sejam elas para a cooperação ou para a resolução de controvérsias.

A própria criação do Estado de Israel já se dá em um ambiente conturbado, pós Segunda Guerra Mundial, quando se inicia o período que viria a ser conhecido como “Guerra Fria”, com o domínio bipolar dividido entre as duas grandes potências da época: EUA e URSS. As marcas dos horrores da guerra ainda estavam latentes e as reações aos eventos sofridos pela comunidade judaica, com a perseguição promovida pelo regime nazista, deixaram problemas subseqüentes relacionados ao numeroso contingente de refugiados judeus na Europa pós-guerra². O sentimento de dívida em relação ao povo judeu numa tentativa de amenizar as conseqüências da guerra e a forte mobilização do movimento sionista em busca da constituição de um Estado próprio, aliados ao apoio político dos EUA³, aceleraram o estabelecimento da criação do Estado de Israel, que se confirmou na Assembléia Geral da ONU de 1947, quando da aprovação da Resolução nº 181 (II), que estabelecia a proteção dos

¹ A bipartição Oriente-Occidente foi estabelecida a partir de critérios geográficos, mitológicos, etimológicos ou culturais. Quando se fala de Oriente Médio, este deveria compreender o universo cultural constituído pela civilização hindu e pelos antigos persas. Hoje, todavia, com a volta dos judeus para a região, rompe-se um antigo equilíbrio. No Brasil, havendo um conflito na Palestina, nossa imprensa e mídia eletrônica fala de um conflito no Oriente Médio, enquanto que a televisão alemã, em relação ao mesmo conflito, se refere ao Oriente Próximo. SPROVIERO, Mário B. *Occidente e Oriente: demarcação*. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/mirand4/orientee.htm>>. Acesso em 04 de maio de 2005.

² SCALERCIO, Márcio. *Oriente Médio: uma análise reveladora de dois povos condenados a conviver*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 29.

³ O presidente Truman havia decidido apoiar a proposta da ONU de “Partilha da Palestina” e se comprometera com as lideranças do movimento sionista a reconhecer oficialmente o Estado de Israel assim que fosse criado.

lugares santos, o estatuto internacional de Jerusalém, que ficaria sob tutela da ONU, e o Plano de Partilha da Palestina.

Mas aquela que parecia uma solução plausível para a resolução da “questão dos judeus no mundo” tornou-se então objeto de intensa controvérsia desde então, suscitando ainda um conflito que perdura até os dias atuais. Seriam as âncoras de sustentação do moderno Estado de Israel realmente admissíveis para a determinação da unidade da “nação” que aí se formava? Não seria o movimento sionista uma trama para colonizar toda a Palestina? Haveria uma lógica para a existência de um conflito tão acentuado entre os judeus e o mundo árabe? A ocupação israelense seria a causa de todos os problemas? Os judeus não deveriam considerar-se como intrusos naquela região que há milhares de anos já haviam “deixado para trás”? Estas são algumas das perguntas que freqüentemente permeiam o imaginário popular em busca de uma resposta que explique os acontecimentos daquela região.

A tentativa desse capítulo não é a de elucidar todas as dúvidas acerca daquela região, mas sim reunir elementos que possam contribuir em um melhor entendimento do Estado judeu e do conflito do Oriente Médio. Partindo desse pressuposto, este primeiro capítulo visa trabalhar os conceitos de nacionalismo, bem como as origens da identidade nacional de Israel, destacando as correntes teóricas que determinam quais as ligações existentes entre os judeus e que sejam responsáveis pelos vínculos de formulação do nacionalismo judeu. Em um segundo momento bem como durante o desenvolvimento deste capítulo, pretende-se ainda compreender (se é que isso seja possível) sobre o conflito do Oriente Médio: as teorias que tratam da sua análise e algumas perspectivas dos dois povos “condenados a conviver”.

1.1 Nacionalismo

É bastante comum a utilização tanto do conceito de “povo” como de “nação” para designar a população de um determinado Estado. Para Hobsbawm⁴, essa denominação de “nação” é fruto do próprio processo histórico de evolução do conceito, tornando-a, por vezes, um conceito “plurisignificante”.

Didaticamente, costuma-se considerar que, enquanto o povo é uma entidade jurídica, a nação é uma entidade moral. O povo seria a população do Estado, considerada sob o aspecto puramente jurídico, o grupo humano encarado na sua integração numa ordem estatal determinada. A nação, na hipótese seguida por Hobsbawm, seria “qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros considerem-se como membros de uma nação”⁵, unidos por interesses, ideais e aspirações comuns e, pelo princípio que sustenta que essa unidade política e nacional deve ser congruente, o “nacionalismo”.

Cícero, em “Da República”, já estabelecia que a união dos homens deveria ser através do reconhecimento do mesmo direito e da identidade de interesses: *o consensus juris* (consenso de direito) e *communis utilitatis* (utilidade comum)⁶. Para ele, a capacidade de sociabilidade era intuitiva no homem e estava naturalmente conectada com as suas associações dentro do Estado, sendo esse último, duradouro apenas se fosse regido por uma autoridade inteligente que se apoiasse sobre o princípio que presidiu a formação do Estado.

Fica evidente que a palavra nação ou seu entendimento geral já é bastante precedente, entretanto, a característica básica da nação moderna e de tudo o que a ela está

⁴ Sobre o desenvolvimento do termo “nação”, *cf-se.* primeiro capítulo de HOBBSAWM, Eric J.. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 27-61.

⁵ *Ibidem*, p. 18.

⁶ CÍCERO, Marco Túlio. *Da República*. Coleção Ridendo Castigab Mores. Livro Primeiro, Capítulos XXV e XXVI, p. 21.

Disponível em: <http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/colecaoridendo/da_republica.htm>. Acesso em 30 de junho de 2005.

ligado é sua modernidade⁷. Entenda-se modernidade como estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Para Giddens, o Estado-nação é a forma mais proeminente da modernidade⁸. Com a formação do Estado Nação (na Europa) nos séculos XVI e XVII e mudança do ambiente político, econômico e histórico, existe uma formação cultural, um florescimento de idéias, a consciência “de quem somos” e “do que queremos”⁹.

Essa utilização atual do termo nação pertence exclusivamente a esse período particular e historicamente recente, já que a nação é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-nação” e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora dessa relação¹⁰. Um exemplo é que, até 1925, não se definiria a pátria como a “nossa própria nação, com a soma total das coisas materiais e imateriais passadas, presentes e futuras, que gozam de amável lealdade dos patriotas”¹¹.

A definição “científica” amplamente aceita para o termo “nação”, todavia, continua sem ser estabelecida. Benedict Anderson ressalta que tanto a nação como o nacionalismo “têm-se demonstrado difíceis de definir quanto mais de analisar”¹². Isso não quer dizer que o fenômeno da “nação moderna” não seja real, pois ainda assim, ele tem existido e continua a existir. A dificuldade surge em precisar qual seria a identidade ou a natureza dos laços que distingue uma nação dos outros agrupamentos humanos. Por diversos anos costumou-se delimitar alguns elementos definidores ou essenciais a serem considerados

⁷ HOBBSAWM, *op. cit.*, p. 27.

⁸ GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. São Paulo: Jorge Zahar, 2002, p. 15.

⁹ *Idem*, *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1990, pp. 11-13.

¹⁰ HOBBSAWM, *op. cit.*, pp. 19; 30.

¹¹ *Ibidem.*

¹² ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 11.

para a determinação da unidade de nação ou laços “protonacionais”¹³. Linguagem, etnia¹⁴ ou religião foram consideradas, juntas ou separadamente, a essência daquilo que distingue um grupo de outro grupo¹⁵, o “nós” de “eles”. Nesse ponto, o que se mostrou evidente por uma certa observação lógica, é que em todos os Estados, qualquer que fosse seu tamanho, esses elementos não eram homogêneos e, portanto, não poderiam ser simplesmente equalizados com as nações, já que outros fatores teriam de intervir para formar essa consciência coletiva, esse ser moral.

Torna-se quase impossível aplicar o princípio da nacionalidade de maneira uniforme: em primeiro lugar, é sempre difícil definir se uma coletividade forma ou não uma nação; em segundo, muitas nações formam uma rede tão complexa de interesses sobrepostos aos interesses simplesmente morais, que a sua divisão equivaleria, para muitos Estados, a uma catástrofe, diante da qual é lícito hesitar; por fim, em terceiro lugar, a aplicação prática e geral do princípio das nacionalidades acarretaria, em muitos casos, a fraude contra ele mesmo, onde qualquer coletividade, sem possuir realmente as características necessárias, ficaria com direito de declarar-se uma nação e desmembrar Estados¹⁶.

A própria “tradição”, base do nacionalismo e “prova” de uma espécie de antiga e inatacável superioridade dos povos, pode ser “inventada”, segundo Hobsbawm¹⁷. Por

¹³ Designação de HOBBSAWM para as formas ou variantes dos sentimentos de vínculo coletivo já existentes, mobilizadas pelos Estados e movimentos nacionais. Eles são de dois tipos: primeiro, as formas supralocais de identificação popular que vão além daquelas que circunscrevem os espaços reais onde as pessoas passaram a maior parte de suas vidas e, segundo, há os locais e vocábulos políticos de grupos seletos mais diretamente ligados a Estados e instituições, capazes de uma eventual generalização extensa e popularização.

¹⁴ Inicialmente, o elemento definidor, tanto nas ciências naturais como nas ciências sociais, para explicar a diferença entre grupos e suas identidades sociais, baseado na teoria da seleção natural, era o conceito de “raça”; o que dava abertura e até uma certa legitimidade para teorias racistas, dividindo os grupos em inferiores e superiores. Nos últimos anos, a partir de constatações científicas da existência de uma única raça - a raça humana - o conceito caiu em desuso.

¹⁵ Sobre a utilização de língua, etnia e religião como elementos definidores na construção da nação, *cf-se*, segundo capítulo de HOBBSAWM, *op. cit*: O protonacionalismo popular, pp. 63-100.

¹⁶ AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral do Estado*. Porto Alegre: Globo, 1980, p. 24.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric. “Introdução: a invenção das tradições” *In*: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

tradição inventada podemos considerar um conjunto de práticas, normalmente estabelecidas por regras comumente aceitas, de natureza ritual ou simbólica, visando transmitir determinados valores e normas de comportamento através da repetição, implicando, automaticamente, numa continuidade em relação ao passado:

*Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.*¹⁸

O fenômeno da invenção das tradições torna-se mais evidente no período de 30 a 40 anos antes da I Guerra Mundial¹⁹. As transformações que estavam ocorrendo exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem “identidade e coesão social”, além da implantação de novos métodos de governo, sendo que, a invenção da tradição teria seu êxito segundo “a proporção do sucesso alcançado pela sua transmissão numa frequência que o público pudesse sintonizar de imediato”²⁰.

Os novos feriados, cerimônias, heróis, monumentos, bandeira, hino, símbolos oficiais públicos, a padronização da administração e das leis nela contidas e, especificamente, da educação profissional, foram recursos utilizados nessa “invenção da tradição” que transformava as pessoas em “cidadãos” de um país determinado. O objetivo era aproximar a sociedade civil do Estado em que ela funcionava, através da identificação do indivíduo por meio da sua participação em movimentos políticos ou organizações de âmbito nacional²¹. Com essa “tática” haveria menos prejuízos para a “economia nacional”, pois a “unidade básica” do desenvolvimento econômico – a área definida pelo território de estado ou

¹⁸ HOBBSAWM, “Introdução: a invenção das tradições” *op.cit.*, p. 12.

¹⁹ HOBBSAWM, Eric. “A produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914” In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 271.

²⁰ *Ibidem*, pp. 271-272.

²¹ *Ibidem*, p. 272.

de suas subdivisões – não seriam alterados a partir do momento em que o “cidadão” passasse a sentir-se ligado àquele território específico.

A consolidação das idéias e narrativas da nação e da nacionalidade através da conscientização das pessoas de que elas faziam parte de uma “comunidade política comum, que tinha um destino comum” foi ligada a diversos fatores, dentre os quais a de um projeto explícito das elites dominantes e dos governos para criarem uma nova identidade que legitimasse o “aumento do poder estatal e a coordenação de políticas”²². Mas isso não quer dizer que a criação de uma identidade nacional tenha sido uma invenção completa dessas elites. Smith ressaltou que as “futuras nações foram construídas com base em ‘núcleos étnicos’ pré-modernos, cujos mitos e lembranças, valores e símbolos moldaram a cultura e as fronteiras da nação que as elites modernas conseguiram forjar”²³.

No contexto do momento da criação do Estado de Israel, foi a partir desse ponto da história que ressurgiu a polêmica sobre as características que definiriam os judeus como tal e se essa “identidade nacional” não teria sido “forjada”. Como já foi ressaltado, abandonou-se o conceito de raça, mas não foi possível estabelecer um consenso: seria um grupo étnico, uma nacionalidade, uma religião, ideologia ou estilo de vida? Para Hobsbawm,

*O nacionalismo e as nações israelitas e palestina devem ser novos, seja qual for a continuidade histórica dos judeus e muçulmanos do Oriente Médio, uma vez que naquela região há um século atrás não se cogitava nem no conceito de Estado territorial do tipo padronizado atual, que só veio a tornar-se uma probabilidade séria após a I Guerra.*²⁴

²² HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, pp. 37-43.

²³ Smith *apud* HELD, David; MCGREW, Anthony. *op. cit.*, p. 39.

²⁴ HOBBSAWM, Eric. “Introdução: a invenção das tradições” *op. cit.*, p. 22.

A formulação do Estado de Israel estaria ligada às “tradições inventadas” aplicáveis no caso dessa inovação histórica comparativamente recente, a “nação”, e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas, e daí por diante.

1.1.1 Identidade nacional de Israel

A religião é um antigo método para estabelecer uma comunhão, através de uma prática comum e de irmandade entre pessoas que, de outro modo, não teriam nada em comum. Durkheim, um dos “fundadores” da Sociologia, procurou desvendar o fenômeno religioso interligando-o à uma tradição sociológica. A afirmação de Durkheim é de que a religião é fato social, emerge do social, é signo do social - religião não é somente um sistema de idéias, é antes de tudo um sistema de força, sua função é criar coesão²⁵.

No caso de Israel, a ligação entre a consciência nacional e a religião é bastante estreita e o judaísmo especifica uma marca distintiva de vinculação daquela comunidade humana particular²⁶. A história dos judeus está fortemente baseada em preceitos religiosos, construídos a partir de relatos descritos na Torá²⁷. Para os líderes que conduziram a criação do moderno Estado de Israel, caso eles não invocassem as tradições históricas e religiosas do povo judeu para dar suporte à sua ação, não existiria a comunidade judaica tal como é constituída atualmente²⁸. O nacionalismo, para eles, não tem sentido se não for regido pelas leis da Torá, seguindo um princípio de que “não há Israel sem Torá”²⁹.

²⁵ Cf-se. DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.

²⁶ HOBBSAWM, *Nações e nacionalismo... op. cit.*, p. 83.

²⁷ Palavra de origem hebraica que quer dizer “lei”. Refere-se aos cinco primeiros livros da Bíblia que têm como característica principal a alternância de seções narrativas com outras dedicadas a instruir o povo de Israel e a regulamentar a sua conduta, tanto na ordem ética pessoal e social como, muito especialmente, na religiosa.

²⁸ SCALERCIO, *op cit.*, p. 29.

²⁹ YEHOSHUA, Abraham B.. “Identidade Nacional em Israel”. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 38, julho de 2004.

Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/038/38ip_yehoshua.htm>. Acesso em 25 de junho de 2005.

Mas quem determina o que é o importante e fundamental na Torá? Apesar de existir a “autoridade formal” dos rabinos³⁰, a Torá pode ser interpretada de muitas formas e cada um pode encontrar nela a interpretação que mais convenha à sua visão de mundo e a seus interesses econômicos, políticos e sociais. Portanto, não é de se estranhar que os judeus estejam condenados a estar para sempre numa constante e forte tormenta de conflitos e enfrentamentos entre religião e nacionalidade.

De acordo com a Torá, a história judaica começa há cerca de 4.000 anos, com o patriarca Abraão. A sua mulher gerou-lhe o filho Isaque³¹, do qual os atuais judeus traçariam sua linhagem; entretantes, Agar, a concubina de Abraão, lhe gerou seu filho Ismael, de quem os atuais muçulmanos traçariam sua descendência.

Por séculos e séculos os descendentes de Abraão, Isaque e Jacó³² passaram por diversos eventos: escravidão, conquista e expansão da terra, divisões, exílio, guerras, derrotas e conquistas. Algumas vezes foram espalhados pelo mundo mas, ainda assim, desenvolveram

“um sistema e um modo de vida religioso fora de sua terra, para assegurar a sobrevivência nacional e a identidade espiritual do povo, concedendo-lhe a vitalidade necessária para preservar seu futuro como uma nação”³³.

Ao final do século XIX e início do século XX, o sionismo surgiu do desejo de muitos judeus europeus de regressarem a Sião ou Jerusalém e esta aspiração de ordem religiosa foi associada à ideologia nacionalista. Theodor Herzl (1860-1904) foi o precursor

³⁰ O rabino não é um sacerdote ou intermediário com Deus, mas um mestre.

³¹ Em alguns livros pode-se encontrar o nome Isaac e, no caso de Jacó, Jacob.

³² Avô, filho e neto, respectivamente, são os denominados “patriarcas” do povo judeu. Eram chefes de grupos familiares seminômades que iam de um lugar para outro em busca de comida e água para os seus rebanhos.

³³ CENTRO DE INFORMAÇÃO DE ISRAEL. *Realidades de Israel*. Jerusalém: Hamakor Press, 1997, p. 13.

dessa idéia através da obra *O Estado Judaico*, em 1896, sendo reforçada pelo I Congresso Sionista Mundial no ano seguinte, em Basiléia.

Em linhas gerais, a tese defendida pelos sionistas era a necessidade de estabelecer um Estado judaico na Palestina como forma de escape às perseguições e à pobreza que assolavam os judeus na Europa Oriental do século XIX. O Estado e a sociedade seriam moldados nas idéias ocidentais, estruturados em um “*ordenamento que limitasse os poderes da autoridade política por intermédio da lei, garantisse os direitos e liberdades individuais e assegurasse a alternância de poder*”³⁴.

A crítica que surge a essa ideologia sionista está na própria raiz do movimento. Seguindo uma concepção tradicional bíblica de que a terra da Palestina fora concedida por Deus como promessa ao seu “povo escolhido”, aquela se tornou direito inalienável do povo judeu, gozando, portanto, do direito de reaver o que lhes fora roubado, quando de lá foram arrancados à força. Os árabes, do outro lado, se entendem como os próprios portadores da última revelação de Deus e, portanto, segundo eles, o sionismo nada mais seria do que “*uma nova modalidade do imperialismo ocidental que, por meio do povoamento com os colonos judeus, tentava manter a região e os árabes sob controle*”³⁵.

Durante a maior parte da história moderna, o judaísmo europeu teve seu centro cultural e espiritual nos países da Europa Oriental³⁶. Nesse período, os judeus conseguiram desenvolver um rico patrimônio cultural que, junto com as conquistas da Emancipação, do Iluminismo e os direitos políticos obtidos em consequência da Revolução Francesa, constituíram os pilares e o manancial do judaísmo moderno, até o cataclismo do Holocausto.

³⁴ SCALERCIO, *op cit.*, p. 17.

³⁵ *Ibidem*, pp. 18-19.

³⁶ Lituânia, Bielorrússia, Letônia, Polônia, Hungria, Ucrânia e Romênia.

No século XX, com a emigração em massa para o Novo Mundo, o judaísmo norte-americano passou a ocupar essa posição de liderança e, os valores contextualizados naquela cultura passaram a direcionar as organizações representativas de coletividade judaica mundial. Era o peso do crescimento demográfico, da influência econômico-financeira e os valores políticos conservadores, aliados a um estilo de vida e filosofia ancorados em um “empirismo estreito e positivista” fortalecidos pelo sucesso nos negócios³⁷.

O século XX foi o período mais dramático da história dos judeus: durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o regime nazista executou deliberada e sistematicamente milhares de judeus. O desastre do Holocausto deixava marcas profundas em toda a humanidade que agora dava um novo rumo para a história judaica – a catástrofe da perseguição e do assassinato em massa da comunidade judaica europeia certamente fortaleceu sobremaneira o movimento sionista, a conquista do apoio internacional e a opção pela Palestina. A questão da fundação de um Estado judaico foi tratada com um forte apelo e emergência na agenda internacional, desencadeando o aumento da migração de refugiados judeus para a Palestina e, posteriormente, o estabelecimento, por intermédio da ONU, da Resolução para a Partilha da Palestina.

Em 1948, com a intensificação do “retorno” dos judeus a Israel, a grande maioria dos judeus preferiu permanecer em seus respectivos países, limitando-se ao apoio financeiro e uma atuação de suporte discreta. Os principais imigrantes, esses na grande maioria advindos da ex-União Soviética ou os Falasha da Etiópia, por razões óbvias, buscavam um novo ambiente que estivesse economicamente mais estável do que os seus antigos países, que encontravam-se destroçados pela guerra. A corrente migratória que chegava a Israel carregava, então, heranças étnicas e culturais bastante distintas.

³⁷ RATTNER, Henrique. “Israel e os Judeus no mundo”. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 33, fevereiro de 2004. Disponível em: < http://www.espacoacademico.com.br/033/33ip_rattner.htm>. Acesso em 25 de junho de 2005.

As transformações ocorridas na sociedade israelense e a dificuldade de absorção e integração desses novos grupos acentuaram o antigo cisma entre *ashkenazim* e *sefaradins*³⁸, reforçando a polarização crescente entre liberais e conservadores, judeus secularizados e ortodoxos³⁹. Para os últimos, a religião é o atributo cultural mais importante para a formulação da “nação”. Daí a resistência em reconhecer a “judaicidade” desses novos imigrantes, sobretudo daqueles oriundos de casamentos mistos, o que estimulou os preconceitos e suscitou situações de conflito que atravessam as linhas de divisão de etnias e de classes sociais.

Rattner, procurando um termo mais “apropriado” para o princípio de vinculação entre os judeus, defende que a ligação entre os judeus talvez seja a de “uma comunidade de destino” - é o imperativo de tolerância mútua que leva à cooperação e fortalece os laços de solidariedade - interna e externa. A palavra “comunidade” associa-se a uma sensação boa, onde graças ao sentimento recíproco e vinculante e a vontade real e própria daqueles que se unem, as pessoas “permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam”⁴⁰. “Ter uma comunidade” ou “estar em comunidade” transmite a idéia de confiança e compartilhamento - o tipo de mundo no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir - “paraíso perdido ou paraíso ainda esperado”⁴¹.

Para Israel, quando se fala em “comunidade de destino”, a alternativa talvez seja a da construção de uma sociedade “livre, pluralista, aberta e democrática, consciente e zelosa no seu legado histórico e espiritual, das tradições e raízes ancoradas na justiça social”⁴².

³⁸ Entendam-se *ashkenazim* como os judeus ocidentais, saídos do leste europeu e da Europa central (onde destacam-se Rússia, Polônia, Hungria, Lituânia, Alemanha e Áustria) e, os *sefaradins*, judeus orientais provenientes do Líbano, Síria, Egito, Marrocos, além de outros países do Oriente Médio e da África do Norte.

³⁹ RATTNER. *op. cit.*

⁴⁰ BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade - a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, pp. 15-16.

⁴¹ *Ibidem*, pp. 7-11.

⁴² RATTNER. *op. cit.*

A força das comunidades modernas é a qualidade de vida de suas populações, aferida pelos índices de desenvolvimento humano, a educação, a liberdade de seus cidadãos que encontram no legado histórico, nas tradições e nos valores éticos de sua cultura as razões mais fortes para manterem-se unidos, coesos e solidários. São as nações frutos dessas comunidades as capazes de estabelecer laços de cooperação, num espírito de respeito aos “outros”.

Mas e os palestinos? Eles ficariam de fora da “comunidade” mesmo “dividindo” o mesmo território com os judeus? A construção de um “muro” entre palestinos e judeus não passaria de uma “segurança disfarçada”, já que não há como se delimitar precisamente as fontes da insegurança – “elas estão ocultas e não aparecem nos mapas”⁴³. A relação próxima entre comunidade e “grau de segurança” aponta para a idéia trabalhada justamente no parágrafo anterior, o da “desativação da questão da pluralidade cultural, com uma superação cultural e a aceitação de fazer parte da busca por uma humanidade comum”⁴⁴ – com judeus e palestinos.

1.2 O conflito

Os freqüentes relatos de conflito no Oriente Médio indicaram aquela região como um “barril de pólvora”, sempre pronto a explodir. As dissidências internas entre muçulmanos, as desigualdades sociais, a questão árabe-israelense, a problemática palestina e as freqüentes divergências políticas dos governos do Oriente Médio talvez não fossem tão divulgadas pela mídia se aquela área não tivesse uma posição tão estratégica, caracterizada pela existência de inúmeras reservas petrolíferas. O interesse das superpotências na região tornou-a, por excelência, um palco de intensas disputas hegemônicas, favorecendo a acentuação do conflito interno e expandindo-o a níveis globais.

⁴³ BAUMAN. *op. cit.*, p. 130.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 127.

O sentimento de revolta à dominação externa trouxe para a agenda internacional uma nova “ameaça”: o terrorismo, que, apesar de não ter uma definição consensual, é tratado por alguns autores como

“um método inspirado no anseio (conduzido através) de repetidas ações de violência, empregadas por atores estatais, grupos ou individuais (semi) clandestinos, por idiosincrasias e razões criminosas ou políticas, dos quais – em contraste com assassinato – os alvos diretos da violência não são os principais alvos” (tradução minha)⁴⁵

Essa concepção atual ainda aceita a ligação do terrorismo internacional com o fenômeno da globalização, não como sendo apenas uma reação ao fenômeno, mas sendo facilitado por ele. A globalização cria desequilíbrios que facilitam o terrorismo, além de existir um caráter “transfronteiriço” que aumenta os problemas legais e políticos para o combate do terrorismo e, a utilização de “modernos” instrumentos que evoluem o poder de destruição de um ataque (Internet, telefones celulares, uso da mídia, etc.). A partir das décadas de 70 e 80, com as inovações tecnológicas (comunicação e transporte por exemplo), dá-se a crescente importância para a mídia internacional, ocorrendo ainda uma maior internacionalização do terrorismo, com a unificação de causas anteriormente nacionais⁴⁶.

Com essas novas motivações para o terrorismo, ele deixa de ser visto apenas como do tipo esquerdista ou direitista e passa a fazer parte daqueles conflitos “etnonacionalistas”/separatistas ou de caráter religioso, cuja explicação e motivação precisava ser analisada como um novo tópico da agenda internacional. Nos dias que se seguiram aos atentados de Nova York e Washington, em 11 de setembro de 2001, por exemplo, diversos

⁴⁵ “is an anxiety-inspiring method of repeated violent action, employed by (semi-) clandestine individual, group or state actors, for idiosyncratic, criminal or political reasons, whereby - in contrast to assassination - the direct targets of violence are not the main targets”. UNODC. *Definitions of Terrorism*.

Disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/terrorism_definitions.html>. Acesso em 26 de julho de 2005.

⁴⁶ CRONIN, Audrey Kurth. “Behind the Curve: Globalization and International Terrorism”. In: *International Security*, Vol 27, n. 3 (Winter 2002/03), pp. 30-58.

analistas políticos se apressaram em compreender e explicar o aquele problema geopolítico particular – uma organização terrorista, comandada por um saudita sob proteção de uma milícia tirânica do Afeganistão. O “Choque de Civilizações” de Samuel P. Huntington tornou-se, então, um daqueles livros de cabeceira para aqueles que procuravam resposta para o “novo conflito”. Para Huntington,

“nesse mundo, os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos não se darão entre classes sociais, ricos e pobres, ou entre grupos definidos em termos econômicos, mas sim entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais”⁴⁷.

A afirmação cria uma distorção evidente ao tentar definir “entidades culturais” a partir de estruturas bem definidas e coesas como o “Ocidente Cristão” oposto ao “Islã”, por exemplo. Uma visão simplista que ignora a crise financeira sistêmica e a realidade econômica nas quais se encontra a maioria dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, ou que deixa de lado uma análise histórica mais aprofundada da natureza de um determinado conflito. No caso do conflito entre árabes e judeus a história também revela um pouco da explicação do conflito atual.

Três anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, veio à luz, em 1947, a proposta da Partilha da Palestina. A proposta não chegava a ser unânime para nenhum dos lados interessados: os árabes declaravam a proposta como injusta, pois, como habitantes da região naquele momento, não tinham o que compartilhar com ninguém; já os líderes da Agência Executiva Judaica olhavam para o mapa e imaginavam os transtornos militares advindos da necessidade de defender um território descontínuo. Contudo, mesmo prevendo a

⁴⁷ Cf-se. HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

criação do território palestino, a votação daquela proposta não deixava de ser um avanço para o lado judeu, já que reconhecia oficialmente a necessidade de criação de um Estado judaico⁴⁸.

A partir daquela data a guerra era inevitável. Para Israel, a proclamação de sua independência daria abertura à guerra de garantia da sua sobrevivência: o conflito já começava, os tiroteios estouravam em toda Terra Santa e a participação de forças regulares dos países árabes aconteceria de qualquer maneira.

1.2.1 A questão Jerusalém

No palco da disputa que emergia, lá estava a imponente Jerusalém. A sua grandeza está ligada à sua diversidade e “santidade”, centro de convergência de diversas civilizações e intelectuais:

*O significado e os próprios costumes cultuais e culturais dos Lugares Santos derivam da íntima conexão com o ambiente circunstante, compreendendo não só em termos meramente geográficos, mas também e de maneira particular com referência às suas dimensões urbanas, arquitetônicas e, sobretudo humanas e institucionais.*⁴⁹

Para os judeus, Jerusalém é considerada o símbolo de sua nação e objeto de amor e de perene atração, rica de numerosos vestígios e memórias, desde o tempo de Davi⁵⁰ que a escolheu como capital, e de Salomão⁵¹ que ali edificou o Templo. O Templo (construído, segundo a tradição, pelos reis Davi e Salomão) se sobressai na crença judaica como o lugar mais sagrado de todos, e o “valor simbólico da área em que o mesmo se ergueu,

⁴⁸ SCALERCIO, *op cit.*, pp. 42-43.

⁴⁹ KHALIDI, Walid. “O Domo da Rocha: o epicentro de Jerusalém”. In: DELEGAÇÃO ESPECIAL PALESTINA NO BRASIL. *A Questão Jerusalém*. Brasília: Stephanie Gráfica, 1999, p. 35.

⁵⁰ O segundo e mais ilustre dos reis de Israel.

⁵¹ O terceiro rei de Israel, filho de Davi.

*a cidade Jerusalém, jamais perdeu sua importância nas mentes e na fé do povo judeu, mesmo após se espalharem pelo mundo com a Diáspora*⁵².

Por sua vez, os cristãos olham para ela com dedicada atenção, pois ali ressoou por tantas vezes a palavra de Jesus Cristo e ali teriam se realizado os grandes acontecimentos da Redenção, isto é, a paixão, morte e ressurreição de Cristo. Em Jerusalém nasceu a primeira comunidade cristã, que ali se mantém por séculos.

Para o Islã, a cidade é sagrada por razões específicas. Chamam Jerusalém “a Santa”, com profundo afeto que remonta às origens do Islã e é motivado por lugares privilegiados de peregrinação. Para os muçulmanos, o advento de Israel significava um ultraje. A Palestina era uma terra islâmica há séculos e Jerusalém era uma das cidades santas da fé islâmica, abaixo apenas de Meca e Medina. Ali foi edificada o *Haram al-Sharif*, composta pela mesquita de *Al Qods*⁵³ – designação árabe para Jerusalém – e pelo “Domo da Rocha”.

Jerusalém permanece, porém, como um enigma cuja solução ainda não foi encontrada. A internacionalização da cidade, proposta pela ONU em 1947 e, endossada pelo próprio Ben Gurion⁵⁴, não chegou a se concretizar em virtude do estado de guerra quase permanente após a criação de Israel. Atualmente é pouco provável que seja efetivamente adotada, pois implicaria em um engajamento de outros países em um momento difícil para as relações internacionais. No entanto, a partilha pura e simples está longe de ser aceita por ambas as partes.

⁵² SCALERCIO, *op cit.*, p. 20.

⁵³ Convém notar que o mesmo local onde se ergue a grande mesquita de Jerusalém é exatamente o mesmo onde estava construído o velho Templo de Salomão, o lugar mais sagrado do judaísmo.

⁵⁴ David Ben Gurion: político israelita nascido na Polônia, influenciado, desde muito jovem pelas idéias sionistas e socialistas. Foi um dos fundadores do Partido Trabalhista, Primeiro-ministro e Ministro da Defesa de Israel. Foi papel chave para a criação e organização do Estado de Israel.

É possível, portanto, que nunca haja uma paz durável no Oriente Médio sem um acordo para o conflito israelense-palestino aceitável tanto para a maioria dos israelenses como para a maioria dos palestinos e, nunca haverá um acordo duradouro do conflito sem uma solução para o status de Jerusalém aceitável para a maioria de ambos os lados⁵⁵. O interessante é que aquela que a história parecia ter destinado ao convívio pacífico de religiões, povos e culturas – se transformou afinal em um símbolo de divisões intransponíveis⁵⁶.

1.2.2 O conflito atual

A partir da profusão da questão da guerra do Iraque, a problemática do conflito no Oriente Médio generalizou-se e o tema tornou-se mais evidente. O desafio hoje é o de colocar essas divergências existentes tanto internamente (nos países árabes e em Israel) quanto externamente (conflito árabes *versus* judeus) em diálogo.

O obstáculo está nas particularidades daquela região - um conjunto de ações e de interesses antagônicos é que fizeram desse, um dos conflitos mais noticiados e mais debatidos nos últimos cinquenta anos: o mundo árabe é um organização social com um somatório de diversas clãs, comunidades e tribos que estão sempre em discordância entre si; Israel foi criado com uma população que veio de “fora para dentro” - é um Estado moderno formulado a partir de princípios ocidentais de democracia⁵⁷ e; aquela região sempre foi uma

⁵⁵ WHITBECK, Jonh V.. “Jerusalém: a solução condominial”. In: DELEGAÇÃO ESPECIAL PALESTINA NO BRASIL. *op cit.*, p. 81.

⁵⁶ Exemplo semelhante ao que ocorreu em Toledo, na Espanha, região que muitos teóricos e historiadores costumam estabelecer como havendo diversas semelhanças entre a sua população e os israelitas, principalmente pela correlação entre suas capitais – Toledo e Jerusalém: duas cidades de excelência, coroadas pelos inumeráveis templos -, tanto uma como a outra foram palcos, em determinado período da história, de relacionamentos pacíficos e colaboração entre os três grandes grupos religiosos: judeus, árabes e cristãos. No caso de Toledo, a Inquisição Espanhola, instituída em 1478 por iniciativa dos reis Fernando e Isabel; visando principalmente aos judeus e aos muçulmanos, tornou-se poderoso instrumento do absolutismo dos monarcas espanhóis até o século XIX. CAMPOS PAYO, Juan, *Esto es Toledo: história, monumentos, leyendas*. Spain: Artes Graficas Toledo: España, 1982. p. 17.

⁵⁷ A democracia de Israel decorre da organização das suas instituições políticas, guiadas a partir do princípio democrático da soberania popular e da distribuição equitativa de poder. A pretensão neste momento não é a de estabelecer ou discutir os parâmetros de uma “democracia plena” e nem mesmo determinar o quão Israel é democrático.

terra de “ninguém e de todos” ao mesmo tempo, terra de nomadismo perene, que começa a “organizar-se” em diversos Estados somente a partir do século XX.

Na balança do conflito, os dois lados se sentem injustiçados pela comunidade internacional e pela ONU. Os palestinos se sentem deixados de lado quando a frase é a “criação de um Estado palestino autônomo”, além de ocuparem a posição fraca da balança - eles são o território ocupado, que diariamente sofre com as barreiras israelenses, a “potência ocupadora”. Sua reivindicação é que da mesma maneira que o direito de autodeterminação foi um dia invocado por Israel, hoje eles também tem esse direito a ter o seu próprio Estado⁵⁸. Israel, no outro lado da balança, freqüentemente se queixa de ser discriminado na ONU e sofrer um cerco implacável, pois ao mesmo tempo que aprovam Resoluções condenando as atitudes israelenses como contrárias aos direitos humanos, outros países passam impunes e despercebidos nas Assembléias das Nações Unidas⁵⁹. “Não estaria havendo dois pesos e duas medidas?”⁶⁰.

Para piorar a situação, ainda há um componente novo que escapa aos padrões do conflito convencional⁶¹, não bastando apenas a força para combatê-lo. Árabes e judeus se utilizam de “táticas terroristas” com explicações diferentes, mas que ao fim apenas suscitam um desejo de vingança cada vez maior. Para os árabes a questão é de insurgência

⁵⁸ DERSHOWITZ, Alan. *Em defesa de Israel: uma visão mais ampla dos conflitos no Oriente Médio*. São Paulo: Nobel, 2004, pp. 68-69.

⁵⁹ A alegação de Israel é de que enquanto países como o Sudão, Líbia, Cuba e Síria, países com casos de desrespeito aos direitos humanos, ocupam uma posição na Comissão de Direitos Humanos da ONU, Israel não pode nem sequer candidatar-se a comissão.

⁶⁰ *Ibidem*, pp. 243-251.

⁶¹ Clausewitz, apesar da sua relevância para este campo de estudo, definia a guerra como a “continuação da política por outros meios”, sendo constituída por uma “trindade paradoxal”: governo, forças armadas e povo. O povo tem a ver com a natureza da guerra; as forças armadas, com a condução da guerra; e o governo, com o propósito da guerra. A dificuldade dessa visão “clauswitziana” é que convivemos com um estado de guerra difuso que não é mais regido por critérios “bem definidos” – não há um alvo específico e, o conflito não envolve, necessariamente, Estados.

contra a “dominação e opressão do invasor”, enquanto que o governo de Israel justifica as suas ações por se tratar de “preservação de sua integridade física”⁶².

Apesar disso, mesmo árabes e judeus não querendo abrir mão da “sua verdade”, ambos também procuram a paz. Aquilo que Hugo Grocio colocaria como uma característica do homem: o desejo de sociedade, não de uma “vida social de qualquer tipo nem de todos os tipos”, senão uma “vida pacífica e organizada de acordo com a medida da sua inteligência, com aqueles da sua própria espécie”⁶³, mesmo porque a existência de um conflito apenas retarda e prejudica a cooperação entre os países.

O governo israelense sabe que enquanto o problema da Palestina não for solucionado, Israel terá que conviver com o conflito, Mas a solução não é para agora e, talvez, jamais venha a existir. Talvez, a partir da noção de “comunidade” “destino” ou “segurança” seja encontrada uma solução para o conflito: através da existência de uma comunidade formulada a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo – uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e de igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos⁶⁴.

⁶² São encontradas citações acerca dessas duas “máximas” em DERSHOWITZ, *op. cit.*, pp. 229-233; 238-241.

⁶³ GROCIO, Hugo. *La Ley Internacional, el Gobierno Mundial y la economia política mundial*. [s.l.: s.n., s.d.] p. 376.

⁶⁴ BAUMAN. *op. cit.*, p. 134.

2 - BRASIL-ISRAEL: HISTÓRICO E ATUALIDADE

Vasta literatura pode ser encontrada sobre a criação do Estado de Israel ou sobre o conflito no Oriente Médio mas pouco se vislumbra sobre a perspectiva e atuação brasileira frente a Israel ou ao conjunto de países árabes. Historicamente, a relação Brasil-Oriente Médio não é de agora - é fruto de um processo muito mais complexo: o Brasil se mantém vinculado aos dois lados, seja pelo envolvimento diplomático, seja pela etnicidade e cultura, já que a comunidade judaica e árabe encontram-se integradas no tecido social brasileiro⁶⁵.

O desafio está em, a partir de uma averiguação histórica, determinar um paralelo para as atuais tomadas de decisão na política externa brasileira com relação a Israel e Palestina. Em busca de uma aproximação que possa abrir espaço aos interesses brasileiros, entender o posicionamento e a nova estratégia brasileira para aquela região tornam-se indispensáveis.

A motivação desse segundo capítulo está em trabalhar os modelos de processo decisório na definição de ação de um governo e, mais especificamente, na política externa brasileira. Em linhas gerais, pretende-se examinar o desenvolvimento das relações do Brasil com Israel e, finalmente, as escolhas que nortearam a aproximação ou distanciamento do governo brasileiro.

⁶⁵ LESSA, Antônio Carlos. "Israel e o mundo árabe no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil". In: BREDAS DOS SANTOS, Norma (org). *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000, p. 149.

2.1 Modelos de análise do processo decisório da política externa

Estima-se que os estudos das Relações Internacionais constituíram-se imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, mas foi nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial que essa ciência desenvolveu-se. É nesse período pós-guerra que ocorre a evolução das teorias das relações internacionais, pois inspirados em seus paradigmas, os teóricos procuravam dar “*inteligibilidade*” e justificar a política exterior dos Estados Unidos na segunda metade do século XX. Cientistas políticos e historiadores procuravam “estabelecer a compreensão, talvez a explicação, e influir direta e indiretamente sobre a tomada de decisões e, dessa forma, sobre o curso dos acontecimentos”⁶⁶.

A análise do processo decisório de política externa foi bem acolhida no estudo das Relações Internacionais. Nesse sentido, extrapolando aquela visão clássica de que o processo decisório se baseia na vontade do Estado considerado como ator unívoco, Graham Allison e Robert Putnam oferecem outras opções para uma nova concepção do processo decisório.

Quando se trata das decisões e ações do governo, Allison utiliza três perspectivas diferentes para analisar o processo decisório, tomando como base a crise dos mísseis cubanos, em 1962. O autor defende que apesar de a maioria dos analistas explicarem o comportamento dos governos com base no que ele chama de Modelo Clássico (Modelo I), existem outros dois modelos conceituais, o Modelo do Processo Organizacional (Modelo II) e

⁶⁶ CERVO, Amado Luiz. “Relações Internacionais do Brasil”. In: CERVO, Amado Luiz (org). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994, p. 9.

o Modelo da Política Governamental ou Burocrática (Modelo III), os quais fornecem bases mais consistentes para explicações do processo decisório em política externa⁶⁷.

O Modelo I baseia-se em pressuposições “racionais” ligadas à teoria econômica: o “agente racional” possui finalidades e objetivos bem definidos e deve escolher, entre um conjunto de alternativas, o curso de ação que o deixará mais próximo de seus objetivos com o menor custo possível⁶⁸.

O Modelo II, conhecido como modelo organizacional, possui uma perspectiva mais ampla do processo decisório. O governo não é visto mais como um bloco monolítico, mas sim um conglomerado de organizações que lidam com assuntos específicos, de maneira quase independente e sobre as quais se assentam os líderes do governo. O processo decisório na política externa é um produto da interação entre essas organizações e as lideranças do governo⁶⁹.

A partir do Modelo III, Allison defende que as decisões e ações do governo são uma resultante do jogo político entre *players* dentro do governo com capacidade de influência diferentes. O cargo ocupado pelo *player* condicionará a posição por ele defendida. Isso quer dizer que Chefes das Forças Armadas naturalmente defenderão cursos de ação para a política externa orientados por percepções de ameaça à soberania nacional enquanto Ministros da Economia se pautarão por riscos de crises financeiras⁷⁰.

Apesar da enorme influência dos modelos de Allison, foi no trabalho de Robert Putnam que as interações entre as esferas domésticas e internacional foram

⁶⁷ ALLISON, Graham T.. “Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis”. In: VIOTTI, Paul R., KAUPPI, Mark V.. *International relations theory*. 2. ed. Nova Iorque: Mac Millan, 1993, pp. 281-282.

⁶⁸ ALLISON, “Conceptual models and the cuban...” *op. cit.*, pp. 282-285.

⁶⁹ *Ibidem*, pp. 285-290.

⁷⁰ *Ibidem*, pp. 290-294.

sistematizadas, com o conceito de “jogos de dois níveis”. Putnam se preocupa em ir além da simples observação de que as duas esferas estão conectadas e de criar uma teoria que integre ambas esferas⁷¹.

Nessa nova análise, as várias negociações internacionais podem ser concebidas como jogos de dois níveis, podendo ser resumidas da seguinte forma: no nível nacional, grupos domésticos buscam seus interesses pressionando o governo para implementar políticas favoráveis e políticos buscam angariar poder construindo coalizões entre esses grupos; no nível internacional, os governos nacionais procuram maximizar sua habilidade de satisfazer grupos internos enquanto minimizam as conseqüências adversas dos desenvolvimentos internacionais.

Dessa forma, se por um lado Allison introduz a variável sub-estatal nos estudos de política externa, apesar de sua análise conferir pouca importância a atores que estão fora das burocracias estatais, Putnam dá um passo além e oferece um modelo analítico a partir do qual pode ser sistematizada a “articulação entre os jogos de barganha dos atores domésticos e as negociações entre aqueles que compõem a interface dos governos”⁷².

Entender os modelos de Allison ou as variáveis de Putnam é, assim, estabelecer parâmetros para a determinação do “cálculo estratégico” da política externa de um determinado país. O grau de previsibilidade da política exterior de um país revela-se conforme um conjunto de princípios que esse país tenha ou não exigido para orientá-lo. Por sua vez, a ação internacional das nações guia-se pela “perseguição de objetivos abstratos ou

⁷¹ PUTNAM, Robert. “Diplomacy and Domestic Politics: the logic of two-level games”. In: EVANS, Perter; JACOBSON, Harold; PUTNAM, Robert. *Double-Edged Diplomacy: international bargaining and domestic politics*. Berkeley: University of California Press, 1993, pp. 431-468.

⁷² LIMOEIRO, Danilo. *Allison e Putnam: dois modelos de análise do processo decisório de política externa*. Disponível em: < <http://www.odebatedouro.com.br/limoeiro63.html>>. Acesso em 25 de junho de 2005.

concretos, que devem corresponder à leitura que os homens de Estado fazem do interesse nacional”⁷³. A síntese do cálculo estratégico deve ser processada a partir de:

*“quadros de interpretação sobre os elementos fugazes e extremamente maleáveis da situação política e econômica doméstica e internacional, (...) deve, naturalmente, medir os meios disponíveis, calcular os riscos envolvidos, vislumbrar as margens de manobra existentes para a sua implementação e considerar a existência de forças internas e externas que possam ser utilizadas e canalizadas nas etapas de implementação da política dali resultante”*⁷⁴

A essência da política externa está, justamente, no cálculo estratégico, devendo ser adequados “planos e projetos a condições de execução, finalidades a causalidades, meios, fins e riscos envolvidos na tomada de decisão”⁷⁵. No caso brasileiro, pode-se dizer que as bases conceituais ou explicativas para as relações internacionais têm-se provido de vertentes “heterogêneas”: a “intelectualidade, o meio político e diplomático, o militar e outras lideranças sociais”⁷⁶.

2.2 Política externa brasileira

Para guiar a sua política externa, o Brasil se serviu de três princípios básicos: em primeiro lugar, a política exterior brasileira centralizou suas preocupações em torno do problema do ritmo de desenvolvimento e das melhorias das condições sociais⁷⁷. Em seguida, existiram certas tendências ou elementos que guiaram a política externa brasileira, quais sejam: o do “*caráter não-confrontacionista*” – uma opção filosófica que conta com o apoio de fatores socioculturais; o do “*juridicismo*” da diplomacia brasileira, respeitando tratados e convenções de maneira exemplar (esse sistema foi demolido em 1840 quando o

⁷³ LESSA, *op. cit.*, p. 150.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 151.

⁷⁵ CERVO, “Relações internacionais do Brasil” *op cit.*, p. 14.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 17.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 15.

Brasil toma uma nova postura com relação aos tratados, já que os mesmos seriam mais favoráveis às grandes potências); e por último, a tradição realista da política exterior brasileira que, com o tempo, converteu-se em “*pragmatismo*”, o que significa dizer uma adequação das percepções dos interesses nacionais aos desígnios externos, de forma a prevalecer os ganhos concretos e materiais sobre os valores políticos ou ideológicos⁷⁸.

Duroselle, retomando as idéias de Allison e Putnam, estabelece alguns elementos para a formulação do “cálculo estratégico” na relações internacionais. Em primeiro lugar, em consonância ao trabalho de Putnam, o autor determina que as relações internacionais são um conjunto que engloba as interações na política interna e na vida internacional, não sendo possível desvincular as ações exteriores do Estado de seu contexto doméstico.

Dentro do Estado, a ação humana se manifesta nas relações internacionais a partir de um sistema de “finalidade e causalidade” e, é aqui que encontramos a correlação com pensamento de Allison. A finalidade corresponde às ações conscientes dos homens que se propõem metas e buscam meios para concretizá-las, sendo composta por três elementos: os agentes das relações internacionais, a informação e o cálculo “estratégico” relativo aos objetivos, meios e riscos. Os agentes são os “homens de Estado” que se ocupam em lidar com a política externa (diplomatas, chefes militares, homens de negócio, propagandistas e informadores); a matéria-prima destes agentes é a informação; as escolhas são estabelecidas por meio de um processo elaborado, no qual são considerados os objetivos, os meios e riscos envolvidos em determinadas ações⁷⁹.

⁷⁸ CERVO, “Relações internacionais do Brasil” *op cit.*, pp. 26-28.

⁷⁹ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império perecerá*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000, pp. 82-84.

Na implementação das políticas exteriores, um “sistema de causalidades” é muito mais complexo que a vontade dos “homens de Estado” e as pressões exercidas um determinado grupo de interesses. Nesse sistema lidam-se com as forças naturais, demográficas econômicas e valorativas que se inter-relacionam com as forças organizadas quando do processo de decisão da política exterior, tornando-a um jogo de equilíbrio complexo⁸⁰. Cabe, portanto, ao homem do Estado implementar uma plataforma de política exterior capaz de promover os interesses da sociedade⁸¹.

Os brasileiros têm, desde 1930, sintetizado seu interesse nacional na perseguição dos elementos necessários para o seu desenvolvimento econômico e social. Assim, essa leitura concretizou-se na perseguição de 4 objetivos básicos na sua atuação internacional:

*“a) a concertação internacional, nos fóruns em que se fizer possível, para a construção de regras que desimpedisse o acesso aos elementos tidos como fundamentais para a estratégia do desenvolvimento; b) a diversificação dos contatos internacionais; c) a integração eficaz nos fluxos econômicos internacionais; e d) a construção de presença internacional própria e crescentemente desvinculada dos constrangimentos ideológicos do momento.”*⁸²

2.3 O Oriente Médio no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil

De um modo geral, a sociedade brasileira foi vista como “integradora e diluidora” dos grupos étnicos que recebeu. Aqui, a idéia é de que quanto mais rápido for o processo de assimilação desses grupos, melhor⁸³. Willens já apontava:

⁸⁰ DUROSELLE, pp. 101-103.

⁸¹ *Ibidem*, pp. 107-111.

⁸² LESSA, *op. cit.*, p. 153.

⁸³ TRUZZI, Oswaldo. “Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo”. *Revista Estudos Históricos: Sociabilidades*. n. 28, ano 2001/2. p. 01.

“Assume-se que estes grupos devem ser “absorvidos”, “digeridos”, “diluídos” ou qualquer que seja a metáfora biologicamente ou quimicamente e colorida utilizada para indicar que os grupos alienígenas devem cessar de existir como unidades”⁸⁴

Mas a diversidade cultural “intra e intergeracional” e as condições traumáticas do seu deslocamento, distingue a imigração judaica de outras etnias. A população judaica que chegou ao Brasil entre o final do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX⁸⁵ refere-se a uma comunidade essencialmente multiculturalista, advinda de diversos países⁸⁶ - judeus *ashkenazim*, provenientes do leste europeu e da Europa central e, os judeus *sefaradins*, provenientes de países do Oriente Médio e da África do Norte.

A chegada dos judeus no Brasil está estritamente relacionada à perseguições enfrentadas na Europa e em outros países. Os judeus russos, que chegaram no início do século XX em direção, principalmente, ao Rio Grande do Sul, fugiam dos *progroms*⁸⁷ que ocorria no império czarista em desagregação; em um segundo momento, na década de 30, chegam os judeus alemães, forçados a deixar o seu país pela imposição, pelo regime nazista, de diversas sanções à sua cidadania; em meados da década de 40 e início dos anos 50 foi a vez dos sobreviventes do Holocausto, judeus poloneses, romenos, alemães e, provenientes de outros países do Europa do Leste e Central.

Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=18>. Acesso em 25 de junho de 2005

⁸⁴ Willens, *apud* TRUZZI. op. cit., p. 01.

⁸⁵ Apesar da existência de um outro grupo representativo de judeus imigrantes na história do Brasil, os “cristãos novos”, normalmente não se faz uma conexão entre esses e os imigrantes judeus do final do século XIX e XX. Os primeiros referem-se àqueles que fugiam da perseguição religiosa, principalmente na Espanha e Portugal, no final do século XV e início do século XVI e, eles ocultavam sua origem judaica à medida que eram identificados como “falsos conversos”.

⁸⁶ SZNITER, Celia. *Representações do judeu na cultura brasileira: imaginário e história*. 2002. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8152/tde-25022003-182456/>>. Acesso em 04 de junho de 2005

⁸⁷ Investidas organizadas de grupos russos contra judeus.

A entrada dos judeus no Brasil ao final da Segunda Guerra Mundial, segundo Lesser, apresentava-se como contradição às medidas anti-semitas e sanções diplomáticas à entrada de imigrantes judeus, ocorridas durante a Era Vargas⁸⁸. O alinhamento de Vargas com os Aliados em 1942, reforçados pela atuação brasileira junto às Nações Unidas, as pressões internacionais e as reações humanitárias frente à verificação das atrocidades cometidas nos campos de concentração e, os esforços da comunidade judaica para resgatar os refugiados, foram determinantes para a abertura da diplomacia brasileira à vinda de sobreviventes judeus para o país.

A adaptação desses novos imigrantes ao Brasil deu-se de maneira consideravelmente rápida, em razão da sua própria determinação à sobrevivência⁸⁹. Esses refugiados, em grande parte, naturalizaram-se brasileiros, chegando a “destruir” todos os vínculos que poderiam ter com seus países de origem⁹⁰. Os estereótipos negativos do judeu⁹¹ lentamente foram positivamente reinterpretados, fato que influenciou certamente para a aceitação, mesmo que parcial, do judeu no Brasil⁹².

Talvez se comparado no plano internacional, como por exemplo aos Estados Unidos e à Argentina, a experiência brasileira de recebimento de judeus provenientes do Leste Europeu revela-se tardia. A partir de fins do século XIX, esses países já recebiam contingentes numerosos de imigrantes dessa origem, enquanto o Brasil era tido como um destino arriscado, suspeito, incapaz de oferecer muitos atrativos ao grupo⁹³. Com a mudança

⁸⁸ Cf. LESSER, Jeffrey. *O Brasil e questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

⁸⁹ SZNITER, *op. cit.*, p. 21.

⁹⁰ As rupturas mais dolorosas se deram em razão da adesão de segmentos das populações dos países europeus ocupados ao anti-semitismo nazista. Esses setores chegaram, inclusive, a colaborar abertamente com os nazistas nas perseguições e no extermínio dos judeus que ali viviam.

⁹¹ O dicionário Aurélio da Língua Portuguesa cita a utilização popular para judeu como sendo “usurário, avaro”. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 322.

⁹² LESSER. *op. cit.*

⁹³ TRUZZI, *op. cit.*, p. 25.

desse contexto a partir da década de 40, em algumas partes do Brasil, chegava-se a recriar um ambiente mais favorável, seja nos negócios que prosperavam, seja em termos de sua sociabilidade, cultura ou religião, assumindo “ares” cada vez mais judaico.

Em palestra proferida no Fórum Internacional da Universidade de Tel Aviv, em 14 de maio de 2003, o embaixador brasileiro em Israel, Sérgio Moreira Lima, destacou a influência da comunidade judia e árabe para a formulação da política externa do Brasil, já que esta não poderia deixar de refletir “a realidade demográfica e sócio-política” dessas duas comunidades⁹⁴. Keegan, entretanto, em um paralelo com a percepção da política para Clausewitz, descreve-a como uma “atividade autônoma”, “local de encontro das formas racionais e emocionais, na qual razão e sentimento são determinantes, mas onde a cultura (...) não desempenha um papel preponderante”⁹⁵. Assim, a dúvida que surge é até que ponto as comunidades inseridas dentro do contexto da sociedade brasileira podem influenciar na tomada de decisões da política externa?

2.3.1 As posições brasileiras nas Nações Unidas com relação ao Oriente Médio

Dada a particularidade geopolítica dos países da região do Oriente Médio, isso fez com que a sua participação na ONU fosse um instrumento importante de sua inserção internacional e, no caso de Israel, instrumento para sua própria sobrevivência⁹⁶. Isto não quer dizer que houvesse um encaminhamento positivo para a resolução dos problemas daquela região. Os interesses contraditórios das grandes potências na região sempre acabaram por induzir a um baixo grau de eficiência da ONU na resolução de problemas locais do Oriente Médio. Tanto judeus quanto árabes se mostravam insatisfeitos com a participação da ONU na resolução de controvérsias da região.

⁹⁴ Disponível em: <http://www.brazilianembassy.org.il/DOCS/Versao%20em%20portugues.htm>. Acesso em 28 de junho de 2005.

⁹⁵ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 64.

⁹⁶ Israel deve em boa parte à ONU sua própria criação e, dada a sua posição geopolítica no Oriente Médio, sua presença assídua na ONU transformou-se em instrumento necessário para a sua sobrevivência.

“(as resoluções) adotadas tanto pelo Conselho de Segurança quanto pela Assembléia Geral, (haviam servido) somente para exacerbar a dupla crise de confiança relativamente às Nações Unidas. Para Israel, as Nações Unidas eram uma verdadeira máquina de guerra feita para condenar, isolar e enfraquecer o Estado judeu. Para o mundo árabe, as Nações Unidas eram uma organização que dependia de maneira feudal dos Estados Unidos, em que as resoluções pró-árabes de apoio à causa palestina não eram jamais implementadas.”⁹⁷

Para o Brasil, o Oriente Médio tem tido relativamente pouco peso na política externa - uma das razões para a existência de poucos artigos sobre o posicionamento brasileiro com relação ao Oriente Médio. Na verdade, não se fala, necessariamente, de uma política brasileira para a região, mas sim uma diplomacia reagente, *“guiada por interesses imediatos ou pela ausência dos mesmos”*.⁹⁸

Costuma-se dividir a atuação do Brasil na ONU em três períodos. O primeiro vai da criação da ONU até o final da década de 60, marcado pela *“eqüidistância”*. O segundo período, com início no governo Geisel (1974-1979), tenta responder às insurgências do cenário internacional – com destaque para primeira crise petrolífera –, de maneira *“autônoma e pragmática”*. O terceiro período começa ao longo dos anos 80, com a redemocratização do Brasil, o fim da Guerra Fria e a busca de *“atualização”* da política externa brasileira, caracteriza-se pela adesão ou baixo grau de resistência à hegemonia exercida pelos Estados Unidos.

Nos primeiros anos de funcionamento da ONU, o posicionamento brasileiro com relação às questões palestinas caracterizou-se pela eqüidistância – a distância geográfica

⁹⁷ BOUTROS-GHALI, Boutros, *Unvanquished: a U.S.-U.N. saga*. New York: Random House, 1999, p. 180. *Apud* BREDAS DOS SANTOS, Norma. “O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas”. *In*: BREDAS DOS SANTOS, Norma (org). *Brasil e Israel...*, *op. cit.*, p. 69.

⁹⁸ BREDAS DOS SANTOS, Norma. “As posições brasileiras nas Nações Unidas com relação ao Oriente Médio (1945-2002): eqüidistância, pragmatismo e realismo”. *In*: *Cena Internacional*. n. 02, mês 06, 2004, p. 7.

e o interesse comercial modesto tanto em Israel quanto nos países árabes impulsionava uma política de imparcialidade e neutralidade.

Ao fim da Segunda Guerra, em um cenário que prenunciava o domínio bipolar e início da Guerra Fria, o Oriente Médio havia se transformado em uma região de disputa entre as duas potências hegemônicas: Os Estados Unidos e a União Soviética. É nesse contexto que o Brasil, pelo menos com relação às questões que envolvessem alguma medida de defesa contra o expansionismo soviético, obedecia a um certo alinhamento com os Estados Unidos.

À época, o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) agia no campo internacional movido por diferentes lógicas. Para o Brasil “*o desenvolvimento econômico e a ajuda ao crescimento eram prioritários*”⁹⁹ e isso era usado como pretexto para o alinhamento aos EUA, pois o governo nutria esperanças de conseguir um plano de fomento norte-americano para o desenvolvimento do Brasil nos moldes do Plano Marshall, em semelhança ao que havia ocorrido na Europa Ocidental e no Japão. Ainda assim, pela própria condição periférica do Brasil, havia um certo receio, o que fazia que a diplomacia brasileira fosse guiada por “*formulações principistas e moralistas*”¹⁰⁰, prevalecendo uma atitude da cautela..

Quando do Plano de Partilha da Palestina, no plano externo, havia desencontros ocorridos no âmbito do grupo de poder centralizado pelo presidente Dutra. De um lado estava o ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, preocupado com a expansão do comunismo e acreditando que o estreitamento de vínculos com os Estados Unidos traria benefícios para o Brasil. Do outro lado, estava o então representante brasileiro

⁹⁹ VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, Alberto. “Brasil e Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949). In. BRENDA DOS SANTOS, Norma (org). *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades. op cit.*, p. 83.

¹⁰⁰ *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1985*. Brasília: FUNAG, 1995, pp. 34;44.

na ONU, Oswaldo Aranha, que via naquela situação uma necessidade de utilizar o alinhamento como instrumento de barganha nas negociações internacionais¹⁰¹.

A participação brasileira na Assembléia Geral da ONU de 1947, quando da Partilha da Palestina e votação favorável do Brasil à criação do Estado de Israel, sempre será lembrada como um laço de amizade entre o Brasil e Israel. Todavia, isso não declarava que o Brasil teria algum interesse específico no Oriente Médio, ou mais especificamente, na Palestina. Entretanto a implementação daquela resolução já nasceu largamente comprometida, uma vez que não fora aceita pelos palestinos nem pelos Estados Árabes.

No dia 29 de novembro de 1947 foi aprovada a Resolução 181, que estabelecia a proteção dos lugares santos, o estatuto internacional de Jerusalém e o Plano de Partilha da Palestina. A justificativa do voto brasileiro é que, dada as circunstâncias, aquela seria a “única solução plausível”¹⁰².

Embora tenha votado em favor do Plano de Partilha da Palestina e, assim, contribuído à criação de Israel, o Brasil absteve-se na votação na Assembléia Geral com relação à adesão israelense à ONU, em maio de 1949. A justificativa para tal atitude foi atribuída ao descumprimento, por parte de Israel, da Resolução 181 e ao desrespeito às resoluções relativas aos direitos dos refugiados palestinos.

O governo brasileiro só estabeleceu relações diplomáticas plenas com Israel em 1952, e nos anos que se seguiram, enfrentou dificuldades face à política israelense de querer ver legitimada sua presença em Jerusalém. Em 1963, insistia Israel, oficiosamente, para que o Brasil transferisse sua representação diplomática de Tel-Aviv para Jerusalém, sua capital desde 1950, oferecendo, em contra-partida, a doação de uma sede “condigna para

¹⁰¹ VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, Alberto, *op. cit.*, p. 79.

¹⁰² BREDAS DOS SANTOS, “As posições brasileiras nas Nações Unidas...” *op. cit.*, p. 9.

aquela Missão”¹⁰³. Considerando o peso da comunidade católica no Brasil, que era favorável à internacionalização de Jerusalém e, lembrando que a decisão desagradaria aos países árabes, com os quais o Brasil tinha bom relacionamento e interesses comerciais a defender, o Brasil manteve sua embaixada em Tel-Aviv.

A partir de 1952, ao perceber que o alinhamento com os Estados Unidos não havia rendido os frutos desejados, os discursos brasileiros na ONU, sem ainda abandonar a esperança na aliança norte-americana, passam a favorecer a implantação de mecanismos multilaterais mais eficazes para a promoção de desenvolvimento econômico, por oposição ao bilateralismo assistencialista característico do período anterior¹⁰⁴.

A partir de 1973, e mais especificamente a partir de 1979, os países produtores de petróleo adquiriram excepcional importância internacional. Os preços do petróleo triplicam e depois sextuplicam, derrocando uma crise intensa no mercado mundial¹⁰⁵. Esse período coincide, no Brasil, com a inauguração do governo de Ernesto Geisel, que estabeleceu no plano econômico¹⁰⁶ a necessidade de expansão das indústrias de bens de produção (máquinas, equipamentos pesados, aço, cobre, energia elétrica, etc.) e, para que esse desenvolvimento ocorresse todavia, o Brasil passou a depender ostensivamente da importação de petróleo, que à época, representava 80% do total consumido pelo Brasil.

Com a escalada da crise energética global, a posição brasileira com relação ao Oriente Médio passa da “equidistância” ao “pragmatismo”, afirmando uma tendência pró-

¹⁰³ *Ibidem*, p. 10.

¹⁰⁴ *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1985, op cit*, p. 71.

¹⁰⁵ BARBOSA, Antônio José. “Outros espaços: África do Norte, Oriente Próximo, continente asiático e Japão nas relações internacionais do Brasil”. *In*: CERVO, Amado Luiz (org), *O desafio internacional... op. cit.*, p. 348.

¹⁰⁶ No plano econômico, o governo Geisel elaborou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

árabe que rapidamente “moveu-se para expressar o acordo do Brasil com os pontos de vistas árabes sobre os territórios ocupados por Israel e os direitos alienáveis do povo palestino”¹⁰⁷.

Com a Guerra de Yom Kippour, de 1973, os constrangimentos internacionais ganham largas proporções, com manifestações afro-árabes reforçando idéia de que os países que apoiassem Portugal, África do Sul ou Israel arriscariam ter o fornecimento de petróleo suspenso¹⁰⁸.

A partir de 1974, intensificam-se as notícias relativas aos palestinos e aos regimes árabes, evitando-se mencionar o terrorismo palestino e reiterando a importância e as vantagens da intensificação do comércio e a cooperação entre o Brasil e os países do Oriente Médio¹⁰⁹. Naquele ano, o Brasil votaria favoravelmente à resolução que convida a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) a participar da Assembléia Geral como observador e, em 1975, inicia-se as relações formais entre o Brasil e os palestinos, a partir do momento em que o governo brasileiro autoriza a OLP a designar representante em Brasília, no escritório da Liga dos Estados Árabes.

É nesse ambiente de pressão que, em 1975, quando da sessão ordinária da Assembléia Geral da ONU, em favor da Resolução 3319, qualificando o sionismo como forma de racismo e discriminação racial, há uma mudança no padrão de voto da diplomacia brasileira, não se abstendo de uma votação que desagradaria os norte-americanos e votando a favor da Resolução. Posteriormente, Ernesto Geisel diria que defendeu o seu ponto de vista e votou de acordo com a sua convicção, não aceitando a “covardia” da maneira evasiva da

¹⁰⁷ LESSA, *op. cit.*, p. 166.

¹⁰⁸ BREDAS DOS SANTOS, “As posições brasileiras nas Nações Unidas...” *op. cit.*, p. 11.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 14.

típica diplomacia brasileira em se posicionar e, do hábito do Itamaraty de abster-se em votações quando era sabido que desagradaria aos norte-americanos¹¹⁰.

Em 1977, o Brasil ainda apóia, na Assembléia Geral, o estabelecimento do dia 27 de novembro como o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino – mesmo dia em que havia sido aprovado o Plano de Partilha da Palestina em 1947. Entretanto, frustrando os delegados árabes que passam a perceber que não poderiam contar com o apoio incondicional brasileiro, o Brasil ausenta-se durante a votação da Resolução 31/20, que prevê a criação de um Estado palestino na Faixa de Gaza e Cisjordânia, com a administração interina da ONU e posterior transferência à OLP¹¹¹.

A partir de 1985, e com o término da Guerra Fria, a nova conjuntura apresentada resultou em uma nova orientação para a inserção brasileira no âmbito internacional. O primeiro período pós-Guerra Fria, que vai desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, à Guerra do Golfo, em 1990/91, apresenta uma diplomacia brasileira “otimista e satisfeita com a ordem internacional, pois considera que predominam internacionalmente forças de integração”¹¹². No segundo período pós-Guerra Fria, iniciado com a desintegração da União Soviética e da antiga Iugoslávia, o otimismo com a ordem internacional dá lugar a uma orientação realista a “diplomacia brasileira procuraria, portanto, desenvolver canais de cooperação inovadores com parceiros não-tradicionais”¹¹³.

O cenário mundial é de profundas mudanças globais com o “fim da lógica de confrontação de soma-zero”, destacando uma nova agenda internacional montada em busca da “afirmação da paz e revitalização da democracia multilateral” e, a “ascensão da

¹¹⁰ D'ARAÚJO, Maria Celina (org). *Ernesto Geisel*. 4. ed. Rio de Janeiro FGV, 1997, pp. 342-343.

¹¹¹ O Brasil justifica sua posição pela necessidade de se aprofundar as discussões sobre o tema.

¹¹² BRENDA DOS SANTOS, “As posições brasileiras nas Nações Unidas...” *op. cit.*, p. 15.

¹¹³ *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1985*. Brasília: FUNAG, 1995, p. 481.

democracia, do destaque aos mercados e, do surgimento de uma nova economia mundial”, determinada, principalmente pelo interesse próprio, econômico e estratégico do país mais poderoso do mundo, os Estados Unidos¹¹⁴.

Nesse contexto, o Brasil exerce seu oitavo mandato bianual no Conselho de Segurança, entre janeiro de 1998 e dezembro de 1999. A atitude brasileira é fruto da leitura que o Itamaraty tem da cena internacional, resultando numa visão pautada na equidistância e na busca de soluções jurídicas diplomáticas, de um lado, e uma visão realista das relações internacionais, de outro. Um realismo que “não confronta o *hegemon*, aceitando servi-lhe, inclusive, caso este seja o caminho para galgar uma nova posição na hierarquia internacional”¹¹⁵.

No começo dos anos 90, todavia, novos acontecimentos deram um redimensionamento dos problemas no Oriente Médio. O fim da Guerra Fria, com a ausência do confronto bipolar, apazigua alguns conflitos periféricos, trazendo perspectivas para o encaminhamento do processo de paz na região. Ademais, a Guerra do Golfo, por sua vez, evidencia a falta de coesão entre os países árabes e, o ataque iraquiano contra Israel com mísseis *Scud* altera a visão do monitoramento da segurança israelense, abrindo brechas para a necessidade do fortalecimento bélico e de proteção israelense.

A “possibilidade da paz” faz com que a maioria dos países árabes passe a reconhecer as “credenciais de legitimidade” da participação de Israel na Assembléia Geral das Nações Unidas¹¹⁶, o que “remove” dispositivos hostis a Israel e ao processo de paz dando passos para uma nova direção e “nova relação entre essa e Israel e ao processo de paz da resolução anual submetida pelo grupo árabe apelando para a cooperação entre as Nações

¹¹⁴ MUÑOZ, Heraldo. *A nova política internacional*. São Paulo: Alfa-Omega, 1996, pp. 23-27.

¹¹⁵ BREDAS DOS SANTOS, “As posições brasileiras nas Nações Unidas...” *op. cit.*, p. 16.

¹¹⁶ Por décadas, Israel e os israelenses haviam sido excluídos de postos eletivos dos órgãos da ONU.

Unidas e a Liga Árabe”¹¹⁷, já que passa a ter o apoio de Israel e dos Estados Unidos para a aprovação da resolução.

Assim, sendo também guiado pelo princípio de paz para região do Oriente Médio, o Brasil acompanhando as decisões da comunidade internacional, ratificando algumas decisões que o aproximam de Israel, como por exemplo a revogação, em 1991, da Resolução anti-sionista nº 3319.

¹¹⁷ BOUTROS-GHALI, *op. cit.*, p. 183.

3 – RELAÇÕES BRASIL-ISRAEL NA ATUALIDADE

É constante observar a colocação de que foi o “elo humano familiar” que estabeleceu pontes duradouras entre o Brasil e o Oriente Médio. Como já foi dito no capítulo anterior, as relações entre o Brasil e os países do Oriente Médio não é algo novo, inclusive porque o Brasil foi alvo de algumas ondas de imigração ocorridas nesses últimos dois séculos. No caso dos países árabes, as principais contribuições (em termos numéricos) de imigração se deram através dos sírios e libaneses, que ocorreu ao longo do século XX, principalmente primeira metade e, pelos palestinos, que chegaram no final do século XX.

O que acontece nos últimos anos é que as questões do Oriente Médio se tornaram, do ponto de vista do atual governo¹¹⁸, mais evidentes na mídia e na política externa brasileira. Para o Ministério das Relações Exteriores, essa foi uma questão de prioridade. Não que esses assuntos não fossem tratados pela agenda externa brasileira anteriormente, mas é que houve uma acentuação desse e de outros temas a partir de 2003, com a posse do atual governo. Para o Ministro Sarkis Karmirian¹¹⁹ a diferença entre a política do governo atual e a política “tradicional”¹²⁰ “não é uma diferença de cor, mas sim de tom – a cor é a mesma, mas o tom é mais forte”. É como se, a partir de 2003, houvesse uma mudança da intensidade do direcionamento da política externa brasileira com relação ao Oriente Médio.

Um estudo que demonstre as motivações da aproximação da política externa brasileira com relação ao Oriente Médio se faz imprescindível. Neste capítulo, daremos,

¹¹⁸ Refere-se ao governo iniciado a partir de 2003, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva.

¹¹⁹ Diretor do Departamento do Oriente Médio e Ásia Central do Ministério das Relações Exteriores. Entrevista realizada em 27 de julho de 2005.

¹²⁰ Dessa colocação infere-se um “certo menosprezo” com relação à política externa que havia sendo tomada até então. É como se, a partir de 2003, o Brasil passasse a ter uma perspectiva mais “aberta” com relação a determinados temas.

portanto, continuidade ao que já havia sido começado no capítulo anterior, procurando estabelecer um paralelo entre as motivações e as ações tomadas pelo governo brasileiro nos últimos anos. A perspectiva a ser utilizada será focalizada, em um primeiro momento, nas diferenças entre a política do governo FHC e Lula e, em seguida, trataremos da “noção de prioridade” dada pelo governo Lula à região e, os principais temas dessa “nova” política.

3.1 Política externa de FHC e Lula: aproximações e convergências

Os princípios consagrados na Constituição de 1988, pelo menos teoricamente, sempre foram o baluarte para a construção da política externa brasileira. A respeito desse tema, a Constituição da República Federativa do Brasil dispõe:

“Art. 4º. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (grifo meu)¹²¹

Pode-se assim dizer, que tais princípios estão intrinsecamente correlacionados com o “cálculo estratégico” da nossa política externa, guiando-a para uma política “pacifista e universalista”, fruto do amplo e diversificado relacionamento do Brasil

¹²¹ BRASIL. Constituição (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. Ed. atual. Em dezembro de 2000. Brasília: Senado Federal, 2001.

com os demais países e culturas. Barros adverte, porém, que o cálculo estratégico obedece a uma “articulação entre o interesse nacional e as perspectivas no âmbito internacional”¹²², tendo que haver uma atuação em sentidos complementares: de um lado, do âmbito interno para o internacional, procurando “ouvir” a sociedade e fazer prevalecer seus interesses específicos, por meio de diálogo e da cooperação com os demais países; por outro lado, do âmbito internacional para o interno, atuando no sentido de avaliar as perspectivas e constrangimentos externos e procurar informar e orientar a sociedade¹²³.

Para o gerenciamento da formulação da política externa brasileira não se pode deixar de lado as noções de “finalidade” e “agentes” desenvolvidas por Duroselle. Os “homens de Estado” responsáveis por lidar com a política externa estabelecem as suas escolhas a partir de um cálculo “estratégico” que analisa os objetivos pretendidos, os meios existentes e os riscos envolvidos¹²⁴. O processo decisório pode basear-se em pressuposições mais realistas ou algo mais pluralista, de acordo com os modelos oferecidos por Allison¹²⁵.

Oficialmente, a posição defendida pelo Itamaraty, se aproxima do segundo modelo de Allison, no qual o processo decisório na política externa brasileira é produto de uma “interação” entre as lideranças do governo e as organizações da sociedade. Uma tarefa de “coordenação” que compreende, “de um lado o trabalho de informação da sociedade sobre a realidade internacional e, de outro lado, a tarefa de harmonizar posições entre os grupos sociais e as diversas instâncias governamentais sobre temas da pauta diplomática”¹²⁶. Na prática, esse “belo discurso” do governo brasileiro está mais para o “utopismo”, sendo mais

¹²² BARROS, Sebastião do Rego. “A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos 4 anos”. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: IBRI, Ano 41, 1998, pp. 18-28.

¹²³ *Ibidem*, p. 19.

¹²⁴ DUROSELLE, op. cit., pp. 82-84.

¹²⁵ Cf. ALISSON, “Conceptual models and the cuban...” *op. cit.*

¹²⁶ BARROS, *op. cit.*, p. 21.

fácil encaixar aí o terceiro modelo de Allison, que defende que as ações do governo são uma resultante do jogo político entre os *players* dentro do governo.

Essa observação fica mais nítida quando analisada a reação de um membro do Ministério das Relações Exteriores do Brasil no tocante à participação de determinado grupo da população para a formulação da política externa. Ao ser indagado sobre a influência das comunidades árabes e judia para a determinação do rumo da política externa brasileira¹²⁷, o Ministro Sarkis Karmirian rebate dizendo que não haveria “de fato” essa influência. O que poderia haver é uma “influência indireta” que ajuda a medir o nosso grau de ligação com essa comunidade – a representação dessas comunidades nos campos de vida brasileira se dão, principalmente, nos campos “científicos, culturais, econômicos e, na existência de alguns parlamentares de origem árabe ou judia”.

Ainda assim, buscando um denominador para as aspirações do mais diversos setores ou partidos no que se refere ao interesse público nacional, a expressão mais freqüente a ser ouvida seria, muito provavelmente, a noção de “desenvolvimento”, já que não parece existir “qualquer ameaça externa à segurança da pátria ou à consolidação de seu potencial econômico e militar”¹²⁸. E, relegando à ação diplomática essa orientação para a necessidade de um instrumento do desenvolvimento nacional, Lula proferiu:

“Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de

¹²⁷ Entrevista em 27 de julho de 2005.

¹²⁸ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações Internacionais e política externa do Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, pp. 178-180.

*vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos”*¹²⁹

Apesar de parecer um objetivo bastante oportuno o desenvolvimento econômico do país, é certamente algo “intangível” e certamente “mais fácil de ser pregado do que ser efetivado, ou ainda ser operacionalizado na prática”¹³⁰. Portanto, não há como simplificar as atitudes de um Estado considerando uma aplicação particular do método *behaviorista* de “teoria dos jogos” onde o comportamento de dois atores ou de diversos atores em suas relações mútuas em torno de uma finalidade comum consiste em “maximizar seus lucros ou minimizar suas perdas em função da tática adotada pelos outros atores”¹³¹. Se o objetivo do Brasil fosse apenas econômico, com certeza ele não teria relações com certos países que se encontram numa situação comparativa desfavorável¹³².

Na página eletrônica do Ministério das Relações Exteriores encontram-se temas da agenda internacional bastante variados, compondo-se de ciência e tecnologia, cooperação internacional, desarmamento, desenvolvimento, diplomacia cultural, direitos humanos e temas sociais, mar, Antártida e espaço, meio ambiente, narcotráfico e terrorismo. Nesses temas, a cada governo que passa, uma nova posição é adquirida, seja ela próxima ou divergente do governo anterior, assim como é o caso do governo Lula *versus* FHC.

A partir de 2003, por exemplo, o atual governo, ao traçar algumas linhas de sua política externa, procura dar maior visibilidade em busca de “maior cooperação e integração com países similares (outras potências médias)”¹³³, tais como os países do Oriente Médio. De acordo com Paulo Roberto de Almeida, do ponto de vista de legitimação política

¹²⁹ Discurso do Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, em 01 de janeiro de 2003, no Congresso Nacional.

¹³⁰ ALMEIDA, *op. cit.*, p. 180.

¹³¹ MERLE, Marcel. *Sociologia das relações internacionais*. Brasília: EdUnB, 1981, p. 82.

¹³² Cite-se a ajuda prestada pelo Brasil a alguns países do continente africano.

¹³³ Entenda-se essa como a posição do governo acerca da sua própria política externa. ALMEIDA, *Uma política externa engajada... op. cit.*

da ação diplomática, grande parte do discurso do governo atual “tem se dedicado a enfatizar as diferenças em relação às posições e políticas do governo anterior, geralmente para demarcar linhas de ruptura e evidenciar a nova postura governamental”¹³⁴. O que pode se observar, contudo, não seria necessariamente uma característica de “ruptura” com as atitudes da administração do antigo governo, mas sim uma “nova acentuação” dada a alguns temas da agenda internacional¹³⁵, como é o caso do Oriente Médio ou da pretensão de obtenção de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Diz-se que, com relação ao Oriente Médio, o governo FHC não tinha essa abordagem como é a atual¹³⁶ posição brasileira, que o coloca com um caráter prioritário. Fernando Henrique Cardoso era mais realista, concentrando-se na esfera mais próxima (Mercosul e Alca), pois não via naquela aproximação algo tão vantajoso¹³⁷. Por questões particulares, como por exemplo, a busca por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança e a “busca de uma maior participação no mundo em desenvolvimento”, o Oriente Médio passa a ser tratado com uma maior preocupação pelo governo Lula.

3.2 Oriente Médio: política de prioridade

A aproximação com os países do Oriente Médio pode ser observada pela própria viagem pioneira e histórica¹³⁸ do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a países árabes como, por exemplo, a Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia – países com quem o Brasil possui expressiva relação comercial, técnica ou cultural. Essa iniciativa chegou

¹³⁴ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula*, p. 01.

Disponível em: < <http://www.pralmeida.org>>. Acesso em 12 de junho de 2005.

¹³⁵ Cf.-se. tabela comparativa em ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Um exercício comparativo de política externa: FHC e Lula em perspectiva*.

Disponível em: < <http://www.pralmeida.org>>. Acesso em 12 de junho de 2005.

¹³⁶ Entrevista com o Chefe da Divisão do Oriente Médio I do Ministério das Relações Exteriores, Conselheiro Rodrigo do Amaral Souza, em 27 de julho de 2005.

¹³⁷ Essa dedução pode ser retirada das declarações do ex-presidente em relação à política externa brasileira do governo atual.

¹³⁸ Foi a primeira viagem, desde Dom Pedro II, de um chefe de Estado brasileiro à região, sendo que aquela não continha o caráter oficial e sim particular do referido monarca.

a ser bastante criticada na mídia pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, apontando que a diplomacia brasileira deveria “ter mais cuidado”, além de dar a impressão de ser uma “política de afronta aos Estados Unidos”¹³⁹.

Apesar das críticas, o governo atual deu continuidade a essa política de aproximação com os países árabes. As metas concretas utilizadas para que se desse um maior entrelaçamento entre as partes foi, dentre outras, a ampliação da estrutura diplomática nos países do Oriente Médio, com o aumento das representações diplomáticas na região, destacando-se as aberturas de embaixadas brasileira no Catar, em Doha (essa última era cumulativa com a embaixada dos Emirados Árabes), um Consulado em Beirute, um escritório de representação junto a Autoridade Nacional Palestina, em Hamalá¹⁴⁰, um “Núcleo de observação e acompanhamento de assuntos iraquianos” na Jordânia – numa tentativa de reaproximação com Iraque e futura reabertura da embaixada do Brasil em Bagdá, além da intensificação de relacionamento com a Liga Árabe¹⁴¹ e Israel¹⁴².

Destaque-se aqui a iniciativa do governo brasileiro na realização da Cúpula entre os países árabes e a América do Sul. O objetivo era o de estreitar a relação com os países árabes, já que tínhamos um déficit de iniciativa. Mas a reunião não foi vista com “bons olhos”¹⁴³ pela comunidade judaica no Brasil, por considerarem que uma aproximação política

¹³⁹ Entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso a um canal de televisão de Miami, em 08 de fevereiro de 2004.

¹⁴⁰ Observe-se que a abertura do escritório brasileiro em Hamalá teve anuência do governo israelense. Essa iniciativa é a segunda da América Latina, sendo que a primeira foi a do Chile.

¹⁴¹ No âmbito do Mercosul, estão sendo negociados acordos com o Egito, Marrocos e Conselho de Cooperação do Golfo.

¹⁴² Dados fornecidos em entrevista com o Ministro Sarkis Karmirian e Conselheiro Rodrigo do Amaral Souza.

¹⁴³ A reunião da Cúpula foi marcada para o mesmo período em que se realizavam as comemorações da criação do Estado de Israel.

da América Latina com os países árabes colocava em perigo as históricas relações de Israel com os latino-americanos¹⁴⁴.

Discussões a parte, o Ministro Celso Amorim, embarcou em viagem para Israel em maio de 2005, procurando estabelecer novos diálogos para a cooperação¹⁴⁵. Também esteve no Brasil o Vice-Ministro da Defesa de Israel, o que, consoante com a visita do ministro brasileiro à Israel, foi considerado pelo governo brasileiro como um bom momento na relação entre os dois países¹⁴⁶.

Em consonância com a intensificação das relações entre Brasil e o Oriente Médio, houve um incremento no intercâmbio comercial entre, basicamente, todos os países árabes e com Israel. A Arábia Saudita, por exemplo, com quem o Brasil já mantinha uma boa taxa de intercâmbio, as exportações obtiveram um aumento de médio de 20 % (por cento) ao ano desde 2002 e, nas importações houve um aumento de 24 % de 2002 para 2004 e, de 38 % de 2003 para 2004 (ver em anexo outros exemplos).

No caso de Israel, apesar do Brasil ocupar atualmente a posição de segundo parceiro comercial de Israel nas Américas, ultrapassando o Canadá e ficando apenas abaixo dos Estados Unidos, o intercâmbio é deficitário para o Brasil. E é justamente por o comércio não ser tão importante com Israel, o benefício que a aproximação das partes tem trazido é o aumento de cooperações técnico científicas, principalmente nas áreas agrícola, de medicamentos genéricos e na área militar (modernização de aeronaves de combates).

¹⁴⁴ Ver Boletim CONIB, de 30 de maio de 2005.

Disponível em: < <http://www.conib.org.br/noticias/30051.html>>.

¹⁴⁵ Há quem diga que a viagem do Ministro foi motivada como forma de “apaziguar os ânimos” e retirar a impressão deixada pela Cúpula.

¹⁴⁶ Entrevista com o Conselheiro Rodrigo do Amaral Souza.

3.2.1 A experiência brasileira

Na busca de uma aproximação com o Oriente Médio e solução para o conflito existente, o Brasil prepara um discurso de que “procura levar uma mensagem da sua própria experiência”. A defesa é que somos um país de uma “incrível natureza multicultural e ética” e, nem por isso, pode-se dizer que tenhamos algum problema sério em decorrência desse fato, visto que a comunidades internacionais, no geral, já estão inseridas no tecido social brasileiro e conseguem “conviver harmoniosamente” e, assim como os países do Oriente Médio, também sofremos, em diferente grau, com os efeitos da colonização, sendo a partir das nossas experiências e daquilo que tivermos a disponibilidade em ajudar, é que podemos estimular a aptidão das partes em busca da melhor solução entre si.

Todo um palco de “país pacífico” é montado e, freqüentemente, apresentado a população como um exemplo a ser seguido. No governo de FHC, por exemplo, duas figuras de origens diferentes, dividiam uma posição relevante na formulação da política externa brasileira: o ex-Ministro das Relações Exteriores Celso Lafer (judeu) e, o Secretário Geral do MRE Osmar Chohfi (árabe). Era a máxima de que, no Brasil, “todos convivem harmonicamente”

A intenção brasileira é a de “participar mais ativamente” dos esforços da comunidade internacional nas decisões acerca de região, “contribuindo” para que haja uma aceleração do processo de paz no conflito. A idéia não é e jamais foi a de substituir o “quarteto” (Estados Unidos, União Européia, Rússia e Secretaria Geral da ONU), mas sim “coadjuvar” nas ações por eles tomadas¹⁴⁷. A participação, em vista da própria dificuldade financeira para a implementação de determinadas ações, deveria ser feita a partir da

¹⁴⁷ Entrevista com Conselheiro Rodrigo do Amaral de Souza

cooperação. Algo semelhante à ajuda brasileira na realização das eleições da Palestina, que contribuiu com assistência técnica para a utilização do padrão eletrônico de votação.

Mas no conflito do Oriente Médio, talvez pelo menos uma afirmação já seja consenso entre os dois lados: a de que uma solução precisa ser urgentemente encontrada, pois a realidade atual não tem retrocesso. Já existe toda uma geração nascida e crescida em Israel – uma geração que não tem ligação com os seus respectivos países de origem e que consideram o Estado judeu como algo além da perspectiva de terra bíblica. Um retrocesso apenas prejudicaria todos os lados envolvidos, já que o estado de guerra é inibidor do processo de cooperação, pois os gastos que poderiam estar sendo destinados a operações de paz estão sendo destinados para operações de guerra.

3.3 Temas da política externa brasileira para a região

Desde a retirada de suas tropas do Paraguai, em 1876, o Brasil tem preservado uma tradição pacifista, fundamentando sua política externa a partir do caráter não-confrontacionista, sobrevalorizando o princípio de autodeterminação e não intervenção, devendo as soluções para as controvérsias serem negociadas pacificamente. Abandonando o “armamentismo”, as posições brasileira hesitaram “entre a autonomia, aliança e a proteção da potência hegemônica da área: os Estados Unidos¹⁴⁸. Pode ser vista como uma “tendência liberalista”, com um “Estado neutro”, limitando o mínimo possível sua liberdade individual, para que possa administrar o “conflito de interesses” sendo “justo” sem privilegiar um em detrimento do outro.

¹⁴⁸ CERVO, “Relações internacionais do Brasil” *op cit.*, p. 26.

Seguindo esses valores, questões de determinada relevância da agenda internacional são tratadas com distanciamento pela diplomacia brasileira¹⁴⁹. No terrorismo, por exemplo, as notas de imprensa do Ministério das Relações Exteriores apenas descrevem a “nossa” posição como de “repúdio a qualquer ato de violência que tenha como alvo as populações civis”.

No nacionalismo judeu, que foi ponto chave para o entendimento da criação do Estado de Israel e existência do conflito, nós “nunca” nos pronunciamos contra as motivações religiosas por detrás da construção da “nação de Israel”. O discurso é de que, assim como Israel, alguns países árabes também “tiveram a mesma motivação religiosa na construção do seu Estado e condenar seria condenar todos. Hoje, ao contrário da posição anti-sionista tomada pelo Brasil na década de 70, o movimento sionista é visto como um “movimento nacionalista”, a partir do sentimento cultural da necessidade de se ter a sua própria “terra”.

Quanto a questão da democracia, Juan Linz e Alfred Stepan dizem que a transição democrática só está completa quando um grau suficientemente de acordo foi alcançado quanto aos procedimentos políticos que visa alcançar um governo eleito; quando um governo chega ao poder como resultado direto do voto popular livre; quando esse governo tem, de fato, autoridade de geral novas políticas; e quando o poder Executivo Legislativo e Judiciário não têm que *de jure*, dividir o poder com outros organismos. Uma democracia consolidada é uma situação onde essa passou a ser “o único jogo disponível na verdade”¹⁵⁰, que pode ser explicado em termos comportamentais, em termos de atitude e em termos

¹⁴⁹ As posições a seguir foram extraídas da página eletrônica do Ministério das Relações Exteriores e das entrevistas realizadas no dia 27 de julho de 2005, com o Ministro Sarkis Karmirian e Conselheiro Rodrigo do Amaral Souza.

¹⁵⁰ “*the only game in town*”.

constitucionais¹⁵¹. Israel poderia, nesses termos, ser considerada uma democracia? Essa é uma posição que não vai ser questionada pelo Brasil, pois, se o governo brasileiro ficar “catalogando quão democrática é uma instituição, vão querer fazer o mesmo conosco”. Na posição do Itamaraty, nem o Brasil nem Israel deixaram de ser uma democracia por causa das suas “falhas”¹⁵².

A característica da não-intervenção e da autodeterminação, portanto, apesar de contar com o apoio de fatores socioculturais, “tais como a satisfação com o território e abundância de recursos naturais, a heterogeneidade cultural, a tolerância social, a tranquilidade diante dos vizinhos”, não conta com o apoio das teorias das relações internacionais que prevaleceram no centro de poder, pois a história das relações internacionais contemporâneas mostra que apesar do respeito a esses princípios estarem dispostos no estatuto da ONU, a palavra final continua com as grandes potências e, o enfraquecimento dos sistemas regionais de segurança também contribuiu para o desprestígio dos princípios de autodeterminação e não-intervenção.¹⁵³

¹⁵¹ Cf.-se. LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. *Problems of democratic transitions and consolidations*. Baltimore: Johns Hopkins University, 1996.

¹⁵² Numa análise mais profunda, possivelmente, Brasil e Israel só possuiriam uma democracia consolidada do ponto de vista comportamental e não em termos de atitude e em termos constitucionais.

¹⁵³ CERVO, “Relações internacionais do Brasil” *op cit.*, p. 26.

CONCLUSÃO

O propósito deste trabalho foi apresentar os temas, motivações e principais ações dadas pela política externa brasileira com relação às questões do Oriente Médio e Israel, enfatizando o processo histórico e ideológico da criação do Estado de Israel, os modelos de processo decisório da política externa, o histórico das relações Brasil – Israel ou Brasil – Oriente Médio e, a análise atual dessas relações.

Inicialmente, a intenção era apenas a de analisar as posições brasileiras frente a Israel nos últimos 10 anos, partindo do pressuposto de que haveria “completa” semelhança entre o governo Lula e o governo FHC, além de ampla participação da sociedade na “formulação da política externa brasileira”. Entretanto, no decorrer do desenvolvimento do trabalho, o estudo foi tomando nova roupagem, pois os horizontes foram se expandindo, além de novas descobertas que chegavam a dar um outro direcionamento para aquela visão inicial.

Para o Brasil, o Oriente Médio tem tido relativamente pouco peso na política externa, sendo caracterizada como uma diplomacia reagente “guiada por interesses imediatos ou pela ausência dos mesmos”. Trata-se da adequação de “planos e projetos a condições de execução, finalidades a causalidades, meios, fins e riscos envolvidos na tomada de decisão”; uma política externa que centraliza as suas preocupações em torno do problema do ritmo de desenvolvimento e das melhorias das condições sociais.

Os dois discursos porém, de que o processo decisório tem sido uma “interação” entre as lideranças do governo e os anseios da sociedade, ou de que o Brasil seria o “bom moço” do cenário internacional, respeitando a autodeterminação a partir de um caráter

“não-confrontacionista”, na prática, estão muito mais ligadas ao seu lado “utópico”. As ações do governo podem ser muito mais entendidas - conforme o terceiro modelo de Allison (Modelo da Política Governamental ou Burocrática) - como um resultante do jogo político daqueles que estão no poder do que uma adequação às necessidades da sociedade. E, o caráter “não-confrontacionista” chega a ser vista como uma posição “em cima do muro” a partir do histórico que se tem da aplicação da teoria das relações internacionais contemporâneas.

Fazendo um balanço deste trabalho, a definição seria, no seu aspecto mais amplo, positiva, pois conseguiu estabelecer, mesmo que minimamente, algumas ligações entre a teoria das relações internacionais e a prática exercida pelo governo brasileiro. A dificuldade encontrada foi a falta de materiais que tratassem especificamente sobre a problemática das relações Brasil-Israel e sobre a atuação do governo Lula no campo internacional e, a falta de uma percepção mais crítica dos posicionamentos brasileiros no cenário internacional.

Fica a esperança e a possibilidade de desenvolver mais e melhor sobre o tema em uma futura tese de pós-graduação, já que o passo inicial foi dado. Produções científicas do teor trabalhado não podem ficar escondidas nas prateleiras. Precisam, freqüentemente, serem vistas e revistas em busca do direcionamento de tomadas de decisão posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

ALLISON, Graham T.. “Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis”. *In: VIOTTI, Paul R., KAUPPI, Mark V.. International relations theory*. 2. ed. Nova Iorque: Mac Millan, 1993.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações Internacionais e política externa do Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral do Estado*. Porto Alegre: Globo, 1980.

BARBOSA, Antônio José. “Outros espaços: África do Norte, Oriente Próximo, continente asiático e Japão nas relações internacionais do Brasil”. *In: CERVO, Amado Luiz. O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

BARROS, Sebastião do Rego. “A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos 4 anos”. *In: Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: IBRI, Ano 41, 1998.

BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade - a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRASIL. *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1985*. Brasília: FUNAG, 1995.

_____. Constituição (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. Ed. atual. Em dezembro de 2000. Brasília: Senado Federal, 2001.

BREDA DOS SANTOS, Norma. “As posições brasileiras nas Nações Unidas com relação ao Oriente Médio (1945-2002): equidistância, pragmatismo e realismo”. *In: Cena Internacional*. n. 02, mês 06, 2004.

_____. “O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas”. *In: BREDA DOS SANTOS, Norma (org). Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

CAMPOS PAYO, Juan, *Esto es Toledo: história, monumentos, leyendas*. Spain: Artes Graficas Toledo: España, 1982.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DE ISRAEL. *Realidades de Israel*. Jerusalém: Hamakor Press, 1997.

CERVO, Amado Luiz. “Relações Internacionais do Brasil”. In: CERVO, Amado Luiz. *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

CRONIN, Audrey Kurth. “Behind the Curve: Globalization and International Terrorism”. In: *International Security*, Vol 27, n. 3 (Winter 2002/03).

D’ARAÚJO, Maria Celina (org). *Ernesto Geisel*. 4. ed. Rio de Janeiro FGV, 1997.

DERSHOWITZ, Alan. *Em defesa de Israel: uma visão mais ampla dos conflitos no Oriente Médio*. São Paulo: Nobel, 2004.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império perecerá*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GIDDENS, Anthony, *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1990.

_____. *Modernidade e identidade*. São Paulo: Jorge Zahar, 2002.

GROCIO, Hugo. *La Ley Internacional, el Gobierno Mundial y la economia política mundial*. [s.l.: s.n., s.d.].

HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HOBBSAWM, Eric J.. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. “A produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914” In: HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. “Introdução: a invenção das tradições” *In: HOBBSAWM, Eric; TERENCE, Ranger (org). A invenção das tradições.* São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial.* Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KHALIDI, Walid. “O Domo da Rocha: o epicentro de Jerusalém”. *In: DELEGAÇÃO ESPECIAL PALESTINA NO BRASIL. A Questão Jerusalém.* Brasília: Stephanie Gráfica, 1999.

LESSA, Antônio Carlos. “Israel e o mundo árabe no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil”. *In: BREDASANTOS, Norma (org). Brasil e Israel: diplomacia e sociedades.* Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito.* Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. *Problems of democratic transitions and consolidations.* Baltimore: Johns Hopkins University, 1996.

MERLE, Marcel. *Sociologia das relações internacionais.* Brasília: EdUnB, 1981.

MUÑOZ, Heraldo. *A nova política internacional.* São Paulo: Alfa-Omega, 1996.

PUTNAM, Robert. “Diplomacy and Domestic Politics: the logic of two-level games”. *In: EVANS, Perter; JACOBSON, Harold; PUTNAM, Robert. Double-Edged Diplomacy: international bargaining and domestic politics.* Berkeley: University of California Press, 1993.

SCALERCIO, Márcio. *O Oriente Médio: uma análise reveladora de dois povos condenados a conviver.* Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, Alberto. “Brasil e Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949)”. *In: BREDASANTOS, Norma (org). Brasil e Israel: diplomacia e sociedades.* Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

WHITBECK, Jonh V.. “Jerusalém: a solução condominial”. *In: DELEGAÇÃO ESPECIAL PALESTINA NO BRASIL. A Questão Jerusalém.* Brasília: Stephanie Gráfica, 1999.

Artigos e Sites

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Um exercício comparativo de política externa: FHC e Lula em perspectiva*. Disponível em: < <http://www.pralmeida.org>>. Acesso em 12 de junho de 2005.

_____. *Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula*, p. 01. Disponível em: < <http://www.pralmeida.org>>. Acesso em 12 de junho de 2005.

Boletim CONIB, de 30 de maio de 2005. Disponível em: < <http://www.conib.org.br/noticias/30051.html>>.

CÍCERO, Marco Túlio. Da República. Coleção Ridendo Castigat Mores. Livro Primeiro, Capítulos XXV e XXVI. Disponível em: <http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/colecaoridendo/da_republica.htm>. Acesso em 30 de junho de 2005

LIMOEIRO, Danilo. *Allison e Putnam: dois modelos de análise do processo decisório de política externa*. Disponível em: < <http://www.odebatedouro.com.br/limoeiro63.html>>. Acesso em 25 de junho de 2005.

Palestra proferida pelo Embaixador Sérgio Moreira Lima, no Fórum Internacional da Universidade de Tel Aviv, em 14 de maio de 2003. Disponível em: <http://www.brazilianembassy.org.il/DOCS/Versao%20em%20portugues.htm>>. Acesso em 28 de junho de 2005.

RATTNER, Henrique. “Israel e os Judeus no mundo”. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 33, fevereiro de 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/033/33ip_rattner.htm>. Acesso em 25 de junho de 2005.

SPROVIERO, Mário B. *Ocidente e Oriente: demarcação*. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/mirand4/orientee.htm>>. Acesso em 04 de maio de 2005

SZNITER, Celia. *Representações do judeu na cultura brasileira: imaginário e história*. 2002. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8152/tde-25022003-182456/>>. Acesso em 04 de junho de 2005

TRUZZI, Oswaldo. “Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo”. *Revista Estudos Históricos: Sociabilidades*. n. 28, ano 2001/2. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=18>. Acesso em 25 de junho de 2005

UNODC. *Definitions of Terrorism*. Disponível em:
<http://www.unodc.org/unodc/terrorism_definitions.html>. Acesso em 26 de julho de 2005.

YEHOSHUA, Abraham B.. “Identidade Nacional em Israel”. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 38, julho de 2004. Disponível em:
<http://www.espacoacademico.com.br/038/38ip_yehoshua.htm>. Acesso em 25 de junho de 2005.

Entrevistas

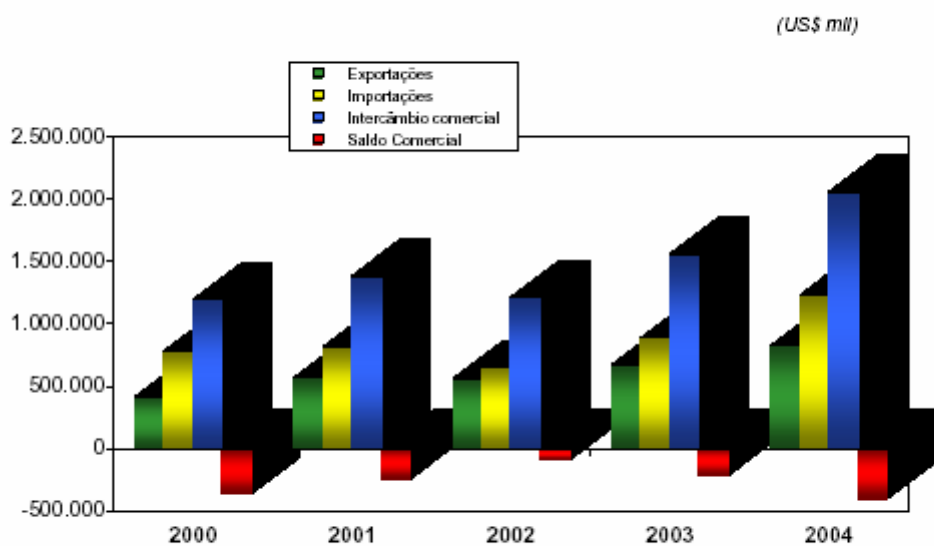
Entrevista com Diretor do Departamento do Oriente Médio e Ásia Central do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Sarkis Karmirian, em 27 de julho de 2005.

Entrevista com o Chefe da Divisão do Oriente Médio I do Ministério das Relações Exteriores, Conselheiro Rodrigo do Amaral Souza, em 27 de julho de 2005.

ANEXOS

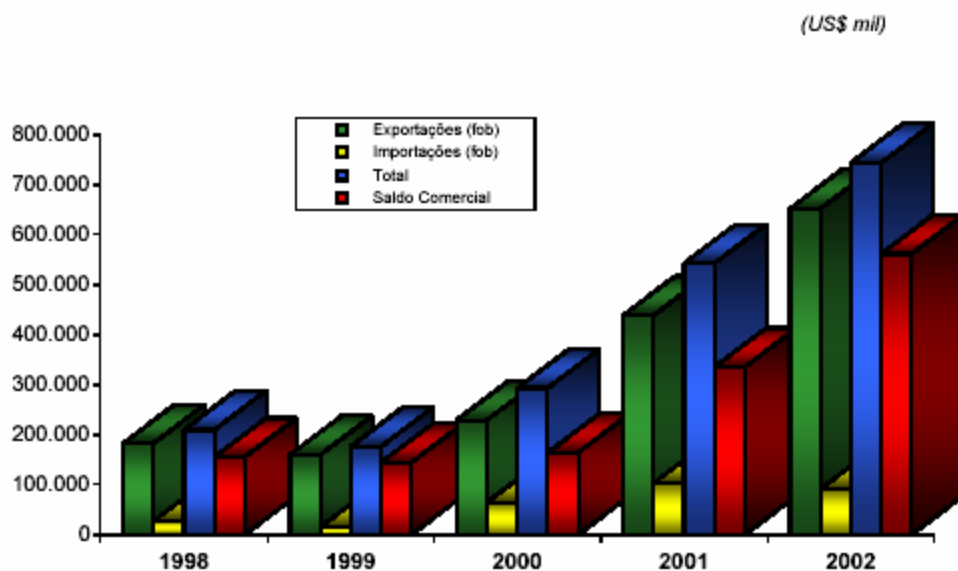
- **Intercâmbio comercial Brasil-Arábia Saudita (2000-2004);**
- **Intercâmbio comercial Brasil-Emirados Árabes Unidos (1998-2002);**
- **Intercâmbio comercial Brasil-Egito (1999-2003);**
- **Intercâmbio comercial Brasil-Líbano (1999-2003);**
- **Intercâmbio comercial Brasil-Líbia (2000-2004);**
- **Intercâmbio comercial Brasil-Marrocos (1999-2003);**
- **Intercâmbio comercial Brasil-Síria (1998-2002);**
- **Intercâmbio comercial Brasil-Tunísia (2000-2004);**
- **Direção do comércio exterior de Israel (importação e exportação) / Intercâmbio comercial Brasil-Israel (2000-2004).**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ARÁBIA SAUDITA 2000-2004



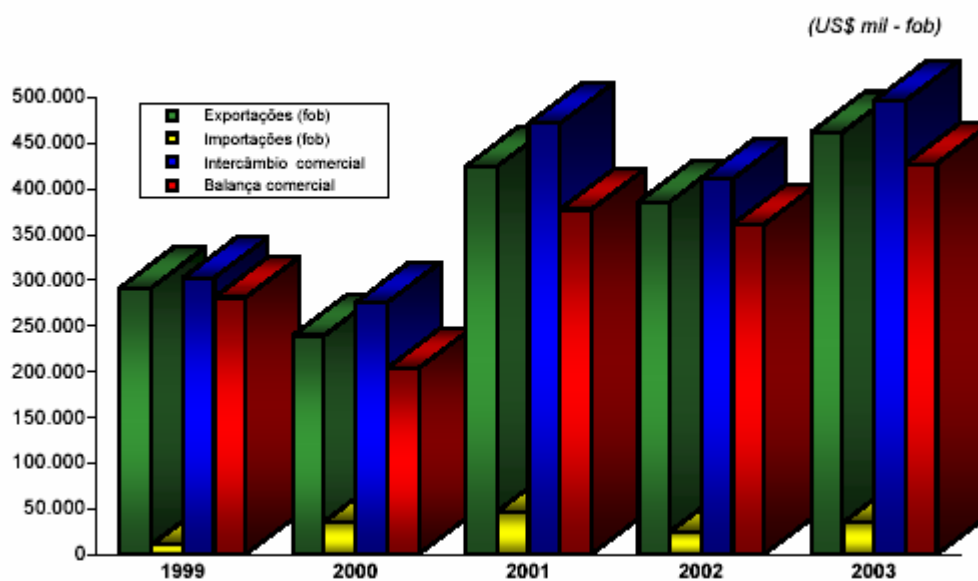
*Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial.
Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE.*

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-EMIRADOS ÁRABES UNIDOS 1998-2002



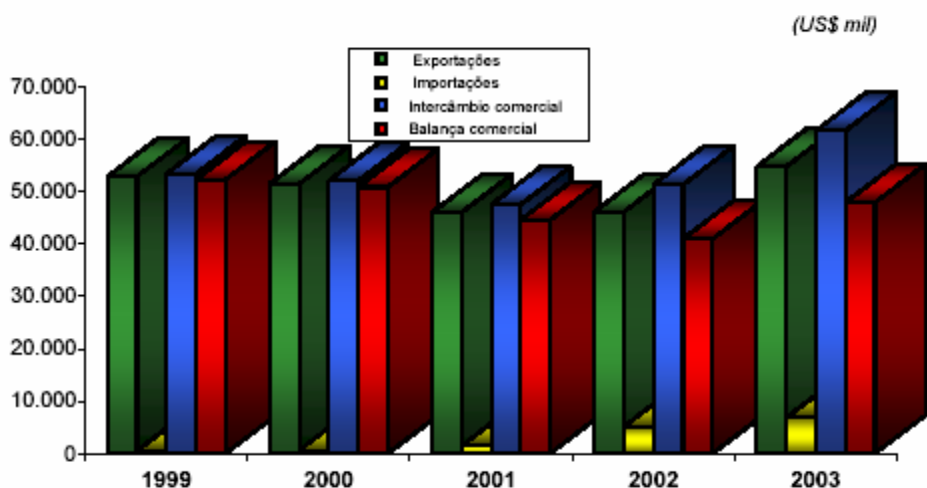
Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-EGITO 1999-2003



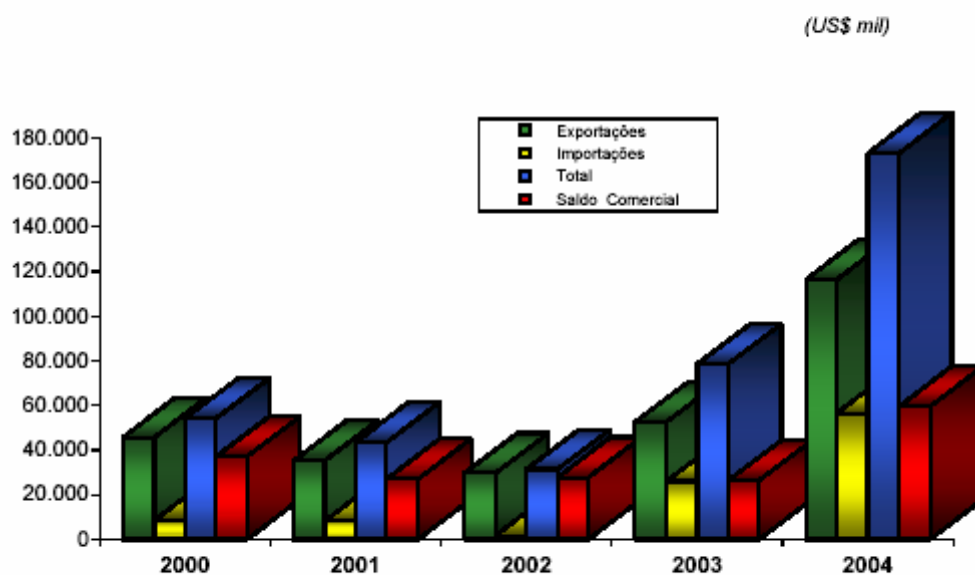
Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-LÍBANO 1999-2003



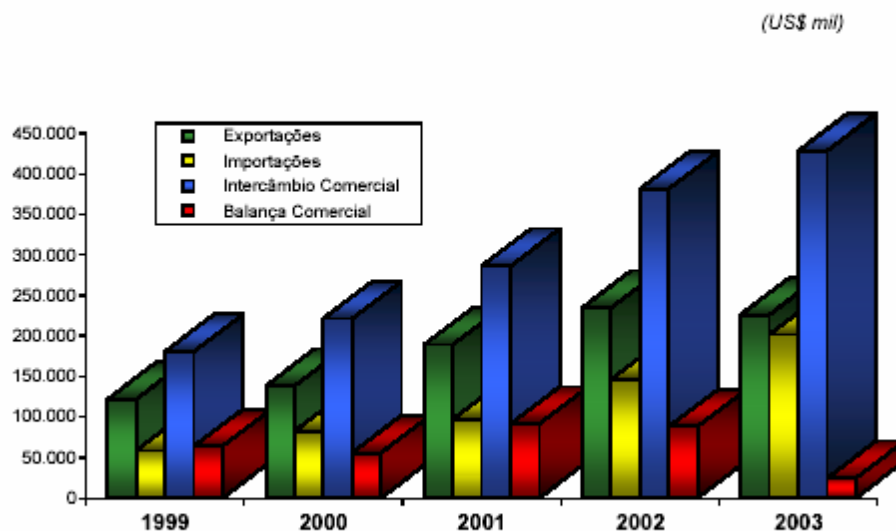
Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-LÍBIA 2000-2004



Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE.

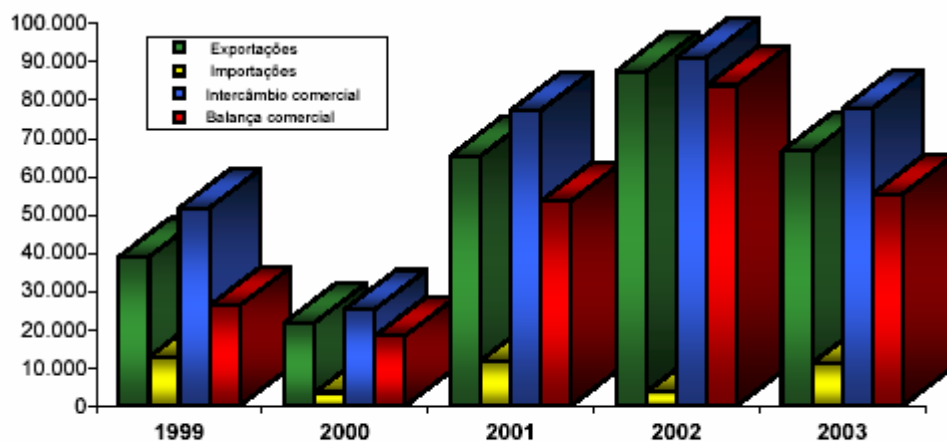
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-MARROCOS 1999-2003



Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SÍRIA 1998-2002

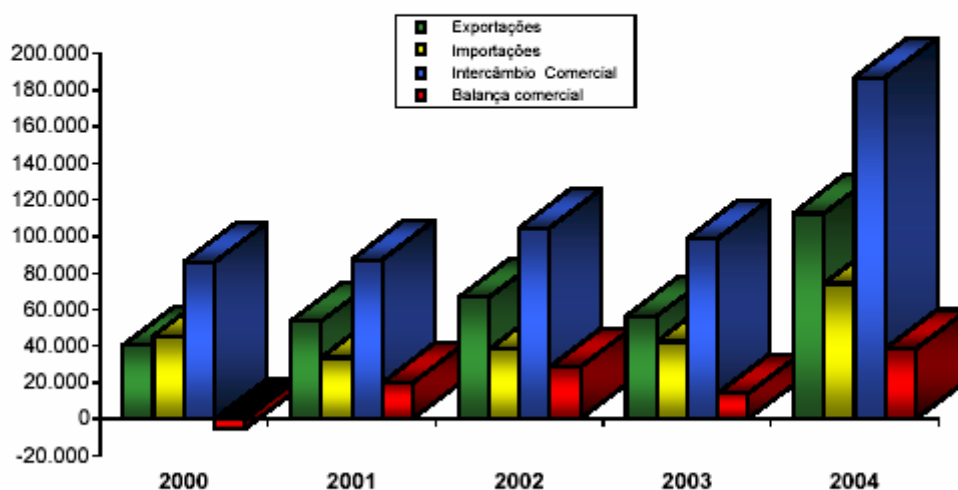
(US\$ mil)



Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-TUNÍSIA 2000-2004

(US\$ mil)



Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial.

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE.

. DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2 0 0 2	% no total	2 0 0 3	% no total	2 0 0 4 ⁽¹⁾	% no total
IMPORTAÇÕES:						
Estados Unidos	6.134	18,5%	5.331	15,6%	4.741	22,3%
Bélgica-Luxemburgo	3.028	9,1%	3.177	9,3%	1.976	9,3%
Alemanha	2.348	7,1%	2.730	8,0%	1.770	8,3%
Reino Unido	2.227	6,7%	2.293	6,7%	1.327	6,2%
Suíça	2.075	6,3%	2.085	6,1%	1.096	5,1%
Itália	1.531	4,6%	1.398	4,1%	825	3,9%
Países Baixos	1.178	3,6%	1.197	3,5%	636	3,0%
França	1.187	3,6%	1.182	3,5%	637	3,0%
China	793	2,4%	1.008	2,9%	560	2,6%
Turquia	814	2,5%	952	2,8%	643	3,0%
Hong Kong	1.194	3,6%	889	2,6%	454	2,1%
Índia	653	2,0%	874	2,6%	454	2,1%
Japão	782	2,4%	846	2,5%	499	2,3%
Espanha	638	1,9%	625	1,8%	338	1,6%
Rússia	520	1,6%	616	1,8%	584	2,7%
República da Coreia	512	1,5%	578	1,7%	271	1,3%
Taiwan	369	1,1%	386	1,1%	n.d.	n.d.
Tailândia	303	0,9%	336	1,0%	304	1,4%
Brasil	117	0,4%	128	0,4%	63	0,3%
SUBTOTAL	26.403	79,8%	26.631	77,8%	17.178	80,6%
DEMAIS PAÍSES	6.703	20,2%	7.580	22,2%	4.125	19,4%
TOTAL GERAL	33.106	100,0%	34.211	100,0%	21.303	100,0%

Elaboração: MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial.

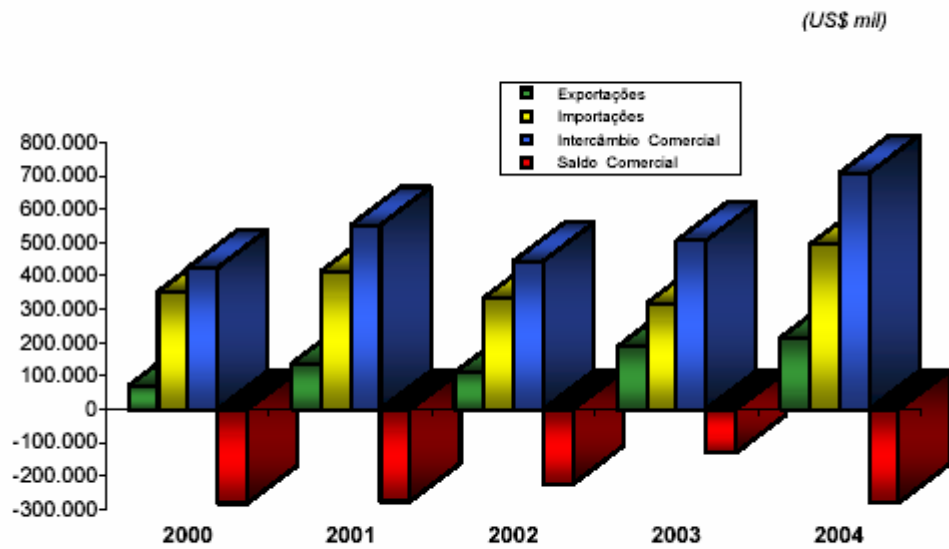
Fonte: FMI, Direction of Trade Statistics - Yearbook 2004 e Quarterly December 2004.

. DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2 0 0 2	% no total	2 0 0 3	% no total	2 0 0 4 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES:						
Estados Unidos	11.870	40,2%	12.017	38,4%	6.592	37,3%
Bélgica-Luxemburgo	1.867	6,3%	2.326	7,4%	1.211	6,9%
Hong Kong	1.373	4,7%	1.494	4,8%	492	2,8%
Reino Unido	1.165	3,9%	1.230	3,9%	743	4,2%
Alemanha	1.030	3,5%	1.111	3,6%	663	3,8%
Países Baixos	909	3,1%	1.084	3,5%	599	3,4%
Itália	694	2,4%	792	2,5%	504	2,9%
Índia	614	2,1%	720	2,3%	404	2,3%
França	653	2,2%	684	2,2%	414	2,3%
Japão	650	2,2%	624	2,0%	360	2,0%
China	427	1,4%	606	1,9%	307	1,7%
Espanha	400	1,4%	509	1,6%	303	1,7%
Suíça	385	1,3%	505	1,6%	277	1,6%
Tailândia	394	1,3%	454	1,5%	238	1,3%
Turquia	383	1,3%	453	1,4%	302	1,7%
Brasil	322	1,1%	346	1,1%	198	1,1%
Canadá	297	1,0%	318	1,0%	265	1,5%
SUBTOTAL	23.433	79,4%	25.273	80,8%	13.872	78,5%
DEMAIS PAÍSES	6.076	20,6%	6.017	19,2%	3.791	21,5%
TOTAL GERAL	29.509	100,0%	31.290	100,0%	17.663	100,0%

Elaboração: MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial.

Fonte: FMI, Direction of Trade Statistics - Yearbook 2004 e Quarterly December 2004.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ISRAEL 2000-2004



Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial.

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE.